



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA EM REDE
NACIONAL – PROFHISTÓRIA/CAPES

EDIJAN SANTOS COSTA

**HISTÓRIA DE CAPELA:
O USO DA HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2021



EDIJAN SANTOS COSTA

**HISTÓRIA DE CAPELA:
O USO DA HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andreza Santos Cruz Maynard.

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Costa, Edijan Santos

C837h História de Capela : o uso da história local nos anos finais do ensino fundamental / Edijan Santos Costa ; orientadora Andreza Santos Cruz Maynard. – São Cristóvão, SE, 2021.
120 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História)
– Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. História – Estudo e ensino. 2. História local – Sergipe. 3. Ensino fundamental. I. Maynard, Andreza Santos Cruz, orient.
II. Título.

CDU 930:37.012(813.7)

EDIJAN SANTOS COSTA

HISTÓRIA DE CAPELA:
O USO DA HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Aprovada em: _____ de _____ 2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Ensino de História da Universidade Federal
de Sergipe à seguinte Banca Examinadora.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Andreza Santos Cruz Maynard – PROFHISTÓRIA UFS
(Orientadora)

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto – UFS
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos – UFRN
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard – UFS
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, principalmente aos meus pais, que, apesar das dificuldades, sempre me incentivaram a estudar. À minha esposa, Catea Cilene, por todo o apoio e a meu filho Pedro Miguel.

Agradeço aos meus colegas do PROFHISTÓRIA pelo incentivo e por estarem sempre dispostos a ajudar.

Agradeço à minha orientadora, professora Dr^a. Andreza Maynard, pela orientação e pela compreensão acerca das dificuldades encontradas no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe por me possibilitarem novos conhecimentos e novas experiências.

Agradeço aos professores da Banca pelas importantes contribuições.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho aborda as principais características da história local e as possibilidades de sua utilização em sala de aula, bem como a pesquisa sobre a história do município de Capela, do estado de Sergipe, a partir do surgimento da povoação que daria origem ao município na primeira metade do século XVIII. Trata-se de temas como a importância da cana-de-açúcar para a economia de Capela, a cultura no município, através da história da tradicional Festa do Mastro, a importância da preservação ambiental com o Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco, a luta pelo acesso à terra no assentamento Santa Clara, as comunidades quilombolas, as passagens do bando de Lampião por Capela e a participação de uma enfermeira capelense na Segunda Guerra Mundial. O produto final decorrente deste estudo é uma cartilha sobre diversos aspectos da história de Capela, elaborada com o intuito de subsidiar o trabalho de professores de História que atuam no município, como também possibilitar aos alunos o acesso à história do lugar em que vivem através de um material didático de fácil compreensão. A ideia de realizar este trabalho surgiu após a constatação de que a maioria dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves, localizada em Capela, onde leciono a disciplina de História, desconhece aspectos importantes da história do lugar. A referida escola, assim como as demais escolas da rede estadual localizadas no município, não possui material didático sobre história local que possa facilitar o trabalho dos professores, por isso considero bastante relevante o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-chave: História. História Local. Capela. Ensino de História. Cartilha.

ABSTRACT

This work approaches the main characteristics of local history and the possibilities of its use in the classroom; the research is about the history of Capela town, in the state of Sergipe, from the emergence of the village that would give rise to town in the first half of the 18th century. Dealing with themes as the importance of sugar cane to Capela's economy, the culture in the country, by the history of the traditional Festa do Mastro, the importance of environmental preservation with the Mata do Junco Wildlife Refuge, the fight for access to land in the Santa Clara settlement, the quilombola communities, the passages of Lampião's gang by Capela and the participation of a Capelian nurse in the Second World War. The final product resulting from this work is a booklet on various aspects of the history of Capela, prepared with the aim of subsidizing the work of History teachers who work in the city, as well as enabling give students access to the history of the place they live through educational material from easy to understand. The idea of carrying out this work came after the realization that the most students in the final years of elementary school at the State School Professor Maria Berenice Barreto Alves, located in Capela, where I teach the discipline of History, ignore important aspects of the history of the place. This school, as well as the other state schools located in town, doesn't have teaching material on local history that could facilitate the teachers' work, and then I consider the development this work very relevant.

Keywords: History. Local History. Capela. History Teaching. Booklet.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APP	Área de Proteção Permanente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DOU	Diário Oficial da União
EJAEF	Programa de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
PROSIC	Programa Sergipe na Idade Certa
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
SE	Sergipe
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA LOCAL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES.....	13
1.1 Características da História Local.....	15
1.2 O Ensino de História e História Local.....	19
1.3 História Local e Currículo.....	23
1.4 A Cartilha e o seu Uso Enquanto Suporte Didático-Pedagógico.....	27
CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DE CAPELA.....	33
2.1 Capela, um Breve Histórico.....	34
2.2 Capela e a Cana-de-açúcar.....	38
2.3 Festa do Mastro de Capela.....	47
2.4 O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco e o Assentamento José Emídio dos Santos (Santa Clara).....	51
2.5 As Comunidades Quilombolas de Capela.....	55
2.6 Lampião em Capela.....	57
2.7 Uma Capelense na Segunda Guerra Mundial.....	60
CAPÍTULO 3 A CARTILHA SOBRE A HISTÓRIA DE CAPELA.....	64
Capela, sua História.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

INTRODUÇÃO

O ensino de História é essencial para formar indivíduos críticos. A disciplina de História pode e deve proporcionar aos alunos o desenvolvimento do senso crítico para que tenham a capacidade de se posicionarem de forma autônoma frente às diversas realidades sociais. Durante muito tempo, o ensino de história evidenciou os “grandes feitos” de “grandes personagens”. Ultimamente, a forma de ensinar História vem passando por grandes transformações, tornando possível, com isso, a inserção de personagens que outrora eram marginalizados pela História. O professor de História é um dos principais responsáveis por essa mudança porque a ele cabe escolher, dentro das normas legais, o conteúdo a que os alunos devem ter acesso em sala de aula.

Há pouco mais de três anos leciono a disciplina de História na Rede Estadual de Ensino de Sergipe na Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves, em Capela. Durante esse período, uma questão vem me trazendo inquietação: a falta de interesse de grande parte dos alunos por alguns conteúdos da disciplina de História que são trabalhados em sala de aula. A partir dessa constatação, surgiu uma indagação: o que pode ser feito para que esses alunos passem a gostar mais da maneira como a disciplina de História é abordada em sala de aula? Acredito que essa questão se faz presente na cabeça de vários outros professores de História de vários lugares do Brasil. Encontrar uma resposta para essa pergunta é uma tarefa muito difícil. No entanto, a procura por uma resposta satisfatória para essa questão já contribui muito para a melhoria da aprendizagem dos alunos em relação à disciplina de História. Os professores, que estão no dia a dia em sala de aula, procuram meios para despertar nos alunos o gosto pela disciplina.

O trabalho aqui desenvolvido é fruto da busca por uma resposta que possa minimizar a falta de interesse dos alunos no tocante aos estudos da disciplina de História em sala de aula. Faz-se necessário despertar nos estudantes o prazer de estudar História, melhorando, dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem. Em relação à finalidade do ensino de História, José Ricardo Oriá Fernandes afirma:

Hoje, todos sabemos que a finalidade básica do ensino da História na escola é fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica, para que pratique um exercício de reflexão crítica, que o encaminhe para outras reflexões, de natureza semelhante, na sua vida e não só na escola. Afinal de contas, a História produz um conhecimento que nenhuma outra ciência produz e ele nos parece fundamental para a vida do homem-indivíduo eminentemente histórico. O estudo da História nos possibilita aprender e apreender um referencial que nos ajuda na leitura e compreensão da realidade social. (1995, p. 44).

A realidade que se pretende que o aluno aprenda e apreenda através deste trabalho é a realidade mais próxima. A sua realidade, a de seus familiares e a das pessoas do município.

Minha trajetória enquanto professor teve início em março de 2017, quando comecei a lecionar as disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso no Colégio Estadual Irmã Maria Clemência; e Filosofia, Sociologia e Ética e Cidadania no Colégio Estadual Coelho e Campos. Ambas as escolas estão situadas em Capela, Sergipe, distante 67 quilômetros da capital, Aracaju. Mesmo com formação acadêmica apenas em História e tendo sido convocado por conta da aprovação em concurso público realizado em 2012, no qual fui aprovado como professor de História. Inicialmente não foi possível lecionar essa disciplina. Passei a lecionar História somente em abril de 2018, quando surgiu a oportunidade de trabalhar na Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves, onde trabalho atualmente com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

A Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves está situada na rua Dr. Carlos Pereira Porto, S/N, centro, no município de Capela. É uma escola que atualmente têm turmas regulares do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e turmas do Programa Sergipe na Idade Certa – PROSIC, que visa corrigir o problema da distorção idade/série.

Trabalho com turmas regulares dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e com uma turma do PROSIC. Através de discussões realizadas em sala de aula sobre a história do município, foi possível perceber que grande parte dos alunos dessas turmas desconhece vários fatos históricos do município. Uma das possíveis causas desse desconhecimento deve-se ao fato de que esses alunos não têm acesso a essa história de forma sistematizada, pois, como dito anteriormente, a escola não possui em seu acervo nenhum material didático que trate da história do município. Não foi possível encontrar na Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves e nem nas bibliotecas das outras duas escolas estaduais de Capela em que trabalhei nenhuma cartilha sobre a história do município ou Livro Didático Regional, visto que a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEDUC) não possui e, portanto, não fornece tais materiais didáticos. Esses materiais podem ser importantes porque estimulam o ensino e a aprendizagem de história local e regional. Segundo Maria Telvira da Conceição, Livro Didático Regional é uma

Denominação atribuída a livros escolares de história, tradicionalmente destinados ao ensino de 4º ou 5º anos da educação básica, caracterizado por um recorte geopolítico, cuja abrangência espacial pode ser a dimensão conjunta ou individual de uma cidade, um município, um estado ou uma região brasileira, que apresentam uma seleção de conteúdos específicos dos processos históricos e socioculturais, coletivamente

reconhecidos como demarcadores de suas fronteiras identitárias, articulados com a história do Brasil, normalmente adotados como material de apoio ao professor e aos alunos no processo de escolarização formal. (2019, p. 149).

Ao ingressar no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA¹) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em março de 2019, percebi que uma das principais questões postas pelos professores do mestrado dizia respeito ao tema que seria desenvolvido na dissertação e qual seria o produto ou processo a ser desenvolvido. A pesquisa² desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História obrigatoriamente precisa estar relacionada com o nosso trabalho enquanto professor de História. Depois de analisar bastante, decidi trabalhar com a história local para possibilitar aos alunos de Capela o acesso à história do município, procurando fazer com que se conscientizem da importância dessa história e a utilizem como ponte para novos conhecimentos.

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a história de Capela e, a partir dessa pesquisa, elaborar uma cartilha sobre a história do município, com o intuito de que essa cartilha possa subsidiar o trabalho dos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental e fazer com que os alunos possam, através dessa cartilha, conhecer mais a história do lugar onde vivem.

Por entender que a história local pode colaborar para que os alunos possam se interessar pela história ensinada em sala de aula; por acreditar que os alunos ao estudarem a história de seu município, o seu entorno, poderão compreender que são sujeitos históricos, que a história também está tratando deles; por entender que os conteúdos referentes à história do município podem fazer com que as aulas de História se tornem mais prazerosas é que decidi pesquisar essa temática e inseri-la na sala de aula das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do PROSIC, tendo a convicção de que outros professores podem se utilizar deste trabalho e, com base na cartilha, elaborar trabalhos semelhantes sobre a história de outros municípios.

Tenho também a intenção de despertar nos alunos o sentimento de pertencimento em relação ao lugar em que vivem e, ao utilizar esse lugar como objeto de estudo, fazer com que os estudantes se apropriem de conceitos históricos gerais. É possível, por exemplo, estudar o conceito de patrimônio utilizando-se a Festa do Mastro de Capela como objeto de estudo.

¹ Regimento Geral do ProfHistória – art. 1º - O Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória) tem como objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de Professor de História.

² Regimento Geral do ProfHistória – art. 15 - A dissertação do ProfHistória tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas diferentes formas de representação do passado.

A história local não pode ser trabalhada de forma isolada. Devemos conectá-la à história do Brasil e à história geral, pois isso facilitará o entendimento das questões locais a partir de suas relações com outros níveis, ou seja, compreender sua ligação com o regional, o nacional e o global. Apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Sergipe, elaborado com base na própria BNCC, não contemplarem de forma satisfatória o estudo da história local nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), pois ela é objeto de estudo dos anos iniciais (1º ao 5º ano), é possível trabalhar os conteúdos de história local de forma integrada naquela etapa de ensino, relacionando-os com os conteúdos de história regional, história do Brasil e história geral.

Alguns trabalhos na área de história local a que tive acesso foram importantes por darem uma noção de como abordá-la. Vários desses trabalhos são dissertações desenvolvidas no âmbito do PROFHISTÓRIA. Dentre essas dissertações estão: *Ensino de História Local: uma história didática de Santa Maria e região*, de Denise Belitz Quaiatto, que procura expor a importância do ensino de história local para a construção de sujeitos históricos e apresenta como produto um livro didático sobre a história de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; *Ensino de História local Para Crianças: (re)construindo a história de Paranhos*, de Cristiane Maria Ribeiro, que tem como objetivo compreender o processo histórico do município de Paranhos, no Mato Grosso do Sul, sistematizando-o em um material didático que pode ser utilizado por alunos e professores dos anos iniciais da Educação Básica; *Memórias em Disputa: história local no ensino básico de Pontes e Lacerda – MT*, de Ana Lucia Duarte Vidal, que apresenta como produto um “Livreto do Ensino de História de Pontes e Lacerda” que tem como finalidade subsidiar práticas docentes dos professores que atuam no município.

Em relação à historiografia sobre Capela, é possível afirmar que existe uma produção significativa, citando como exemplo o livro de autoria da professora Denilsa de Oliveira Santos *História da Rainha dos Tabuleiros: Capela (séculos XVIII, XIX e início do XX)*³, que, como o próprio título sugere, busca fazer um apanhado da história de Capela do início da povoação na primeira metade do século XVII até o início do século XX; o livro *Festa do Mastro de Capela, uma abordagem histórica e afetiva*⁴, também de Denilsa de Oliveira Santos e de outra professora, Jizélia Marques Santos, que conta a história da mais tradicional festa do município,

³ O livro *História da Rainha dos Tabuleiros* traz a lume ricas informações sobre a formação do município de Capela. Prefácio de Josival Bezerra e Vera Lúcia da Silva (SANTOS, 2011, p. 15).

⁴ As autoras afirmam (SANTOS; SANTOS, 2014) que fizeram o livro para seus trabalhos de monografia de final do curso de História da UFS (PQD: Projeto de Qualificação Docente, Polo de Propriá) e contribuir para a história do município de Capela.

a Festa do Mastro; e o livro *Vida Patriarcal de Sergipe*, de Orlando Vieira Dantas, que aborda vários aspectos da história e da sociedade capelenses.

Apesar de significativa, essa produção historiográfica não é de fácil compreensão por parte dos estudantes do Ensino Fundamental, e um dos motivos para que isso ocorra é a dificuldade com a linguagem utilizada. Essa produção historiográfica não foi pensada para esse público. A história da localidade precisa estar acessível para os alunos do Ensino Fundamental, por isso um dos objetivos deste trabalho é a elaboração de uma cartilha sobre a história de Capela, enfatizando que ela pode subsidiar o trabalho de professores de História que atuam em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental. Para realizar tal tarefa, utilizo como suporte parte da produção historiográfica existente sobre o município, e, a partir dela, foi possível criar o material didático, tornando, assim, mais acessível e compreensível por parte dos alunos a história do lugar onde moram.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, pretendemos caracterizar a história local, apontar as possibilidades do uso dela no ensino de História, os cuidados que devemos ter ao utilizá-la e, também, mostrar de que forma ela aparece no Currículo de Sergipe, elaborado em 2018, que, baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, normatiza as questões curriculares em nosso estado. Também se busca discutir nesse capítulo a importância da cartilha como um suporte didático-pedagógico que pode ser utilizada juntamente com o livro didático.

No segundo capítulo, por sua vez, procuramos tratar da história do município de Capela, abordando alguns aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos característicos dessa localidade.

No terceiro capítulo, apresentamos uma cartilha elaborada com base nos conteúdos referentes à história local trabalhados no capítulo dois. A linguagem utilizada na cartilha é adequada ao seu público-alvo (alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental) e a mesma conta com algumas imagens, destacando-se a fotografia. Entendemos que o uso de imagens pode atrair o olhar dos estudantes para as questões históricas do município. Essa cartilha pode facilitar o ensino da história do município e, ao mesmo tempo, despertar nos alunos a compreensão de que eles também são sujeitos históricos.

CAPÍTULO 1 HISTÓRIA LOCAL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

Neste capítulo, discutimos as características da história local, sua importância para o ensino de História, como é vista pela historiografia atualmente e como se faz presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo de Sergipe. Tratamos também das características da cartilha e de como pode ser usada pedagogicamente.

Para falar acerca das características da história local, utilizamos vários autores que têm uma significativa produção historiográfica sobre o tema. Diversos estudiosos teorizam sobre a história local, suas características e suas possibilidades de utilização e apontam alguns cuidados que devemos ter ao fazer uso dela. Entre esses autores, podemos citar: Circe Maria Fernandes Bitencourt, Maria Auxiliadora Schmidt, Selva Guimarães, José Ricardo Oriá Fernandes, Raphael Samuel, Marcia de Almeida Gonçalves, entre outros.

As discussões sobre história local não são recentes. A preocupação em relação a um ensino de História que abordasse o local como objeto de estudo fez parte de várias propostas oficiais de ensino de História durante o século XX. Segundo Schmidt (2007), foi a partir da primeira metade do século passado, especificamente durante a década de 1930, que a história local começou a fazer parte dos currículos escolares no Brasil. Em relação à maneira como a história local aparecia nos documentos curriculares dessa época, Schmidt (2007) defende que a história local nesses documentos era tratada como um recurso didático que deveria ser utilizado para desenvolver atividades de ensino, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Na segunda metade do século passado, notadamente a partir de 1971, houve uma mudança significativa na forma de abordagem da história local com o Parecer nº 853 do Conselho Federal de Educação. Esse documento,

que fixou o Núcleo Comum para os currículos de 1º e 2º graus (Lei 5692/71), incluiu algumas modificações que mudaram a perspectiva da abordagem da história local. Introduziu-se a Integração Social para as primeiras séries da escola fundamental, que deveria ser desenvolvida como atividade, visando o ajustamento crescente do educando ao meio. No caso das séries seguintes, o componente curricular recebia outra denominação – Estudos Sociais – e deveria ser compreendido como uma área de estudos e não mais como atividade. Os conteúdos de história somente seriam trabalhados no ensino médio. (SCHMIDT, 2007, p. 188).

O Parecer 853 do Conselho Federal de Educação indicava que os alunos deveriam primeiro estudar e compreender o que estava ao seu redor e fazia parte do seu cotidiano para depois ir ampliando os estudos em direção a outras realidades, num contexto mais abrangente, privilegiando, dessa forma, inicialmente o estudo do entorno do aluno.

No ano de 1997, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A partir daí, com base nesse documento, a história local passou a ser tratada como um eixo temático que deveria fazer parte de todas as séries iniciais do Ensino Fundamental e passou a figurar também como perspectiva metodológica em todas as séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Essa medida foi muito importante porque estabeleceu o ensino da história local, fazendo com que ela passasse a fazer parte dos novos currículos e estivesse mais presente nas aulas de História na Educação Básica.

É muito importante que o entorno do aluno seja estudado em sala de aula e, partindo do local, os alunos possam conhecer e compreender outras realidades, percebendo, desse modo, que a história local faz parte de um contexto mais amplo. A história local, se bem utilizada em sala de aula, pode ser capaz de fazer com que os alunos se interessem pela disciplina de História. Os professores podem estabelecer de que forma o local deve ser utilizado em sala de aula, pois várias dimensões da história local podem ser abordadas, porém é preciso ter em mente que estamos tratando do espaço territorial do aluno, que muitas das vezes conhece aspectos que são relevantes para se trabalhar a história da localidade que o próprio professor desconhece.

É essencial que os alunos tenham acesso a esse conhecimento de forma sistematizada em sala de aula, de modo que compreendam os aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais de sua localidade, e os principais facilitadores dessa tarefa podem ser os professores da disciplina de História. Podemos selecionar temas da história local que consideramos mais relevantes e que possam provocar no aluno o sentido de pertencimento à história que lhes é ensinada. Enquanto professores, somos capazes de despertar nos alunos o interesse pela disciplina que lecionamos, pois, como afirma Selva Guimarães,

Cabe a nós romper com as dicotomias, os didatismos que nos impõem segmentações, compartimentações como “primeiro se ensina isto e só depois aquilo”. O mundo está dentro das nossas casas, nas diferentes localidades. Nosso cotidiano é perpassado pelas coisas do mundo. Nossos grupos de convívio são compostos de pessoas de diferentes lugares, nacionalidades, origens étnicas e culturais. O local e o global se mesclam, se articulam, se distanciam e se aproximam num movimento contínuo. (2012, p. 244).

É possível entender que a história local, ao aproximar o aluno dos conteúdos estudados em sala de aula, pode fazer com que aquele se interesse mais pelo estudo sistematizado dessa disciplina e o processo de ensino-aprendizagem possa se tornar mais prazeroso e proveitoso tanto para os alunos, que se veem representados com a história de sua localidade, quanto para os professores, que podem obter melhores resultados decorrentes desse processo. À medida que

os alunos se interessam mais pelas aulas de História em que a localidade é estudada, o professor sente-se mais incentivado a pesquisar essa história e trazê-la para a sala de aula.

1.1 Características da História Local

Muitos alunos, principalmente do Ensino Fundamental, não entendem por que precisam estudar História e, como dito anteriormente, não se interessam muito pelo estudo dessa disciplina ou pela maneira como os conteúdos dessa disciplina são tratados em sala de aula. Uma das causas da falta de um maior interesse por parte dos alunos em relação às aulas da disciplina de História pode ser o fato de que eles não se sentem partícipes da história que é ensinada em sala de aula, ou seja, não se veem inseridos no contexto histórico. Os conteúdos de História ensinados em sala de aula em sua maioria estão deslocados da realidade dos estudantes, não abordando as peculiaridades do cotidiano deles.

Nós, professores, podemos buscar alternativas para que os alunos sintam-se motivados a aprender mais os conteúdos referentes à disciplina de História. É muito importante que os estudantes conheçam o passado para, a partir desse conhecimento, compreenderem a sociedade em que vivem no presente. Como parte mais importante do processo de ensino-aprendizagem, os alunos são o nosso maior incentivo na busca por formas de ensinar que possam facilitar esse processo. É por causa deles que buscamos nos aprimorar, adquirir mais conhecimento e diversificar nossos métodos. A História deve ser ensinada de uma forma que desperte o interesse dos alunos e os façam compreender a importância do conteúdo estudado, por isso:

Torna-se desafio constante dos professores de história praticar métodos pedagógicos que propiciem aos alunos uma compreensão de que a história é matéria elementar para a compreensão da realidade em que eles vivem, ou seja, a história é a ciência capaz de demonstrar, através das características políticas, econômicas, culturais e sociais, as atuais condições do seu bairro, cidade, estado, país e mundo. (PONTES, 2016, p. 3).

A história local pode contribuir significativamente para que os alunos se sintam motivados. Seu uso pode fazer com que as aulas e os conteúdos de História possam ser mais dinâmicos e interessantes para os estudantes à medida que estejam relacionados com a realidade e o cotidiano deles. Na qualidade de mediadores do saber escolar, temos a capacidade de criar estratégias para que os alunos tenham acesso ao conhecimento e, no caso específico, ao conhecimento histórico local.

Somos os responsáveis, dentro do limite da lei, por selecionar os conteúdos que serão abordados em sala de aula e a forma de abordagem a ser utilizada. Podemos disponibilizar aos

alunos uma história que lhes possibilite entender que a História está relacionada com a sua realidade e com o presente. De acordo com Bloch, a história não deve ser tratada como uma ciência do passado, mas, sim, como “a ciência dos homens no tempo” (2001, p. 55). Desse modo, a História deve ser compreendida como uma ciência que busca no passado as explicações para o que acontece no presente, fazendo com que os alunos entendam a influência desse passado no seu dia a dia. Portanto, a História pode, enquanto ciência dos homens no tempo, ajudar-nos a compreender a realidade histórica, a maneira como os indivíduos constroem a sua história ao longo do tempo e como essa ação influencia o cotidiano das pessoas no presente. Interessa-nos olhar para as questões do passado com o intuito de compreender nosso presente e nos posicionarmos de forma crítica em relação às questões da atualidade, questões essas que são resultado de um processo histórico que precisa ser estudado e compreendido, e o professor, enquanto facilitador do conhecimento, é uma peça importante na execução dessa tarefa.

Enquanto professor e pesquisador da área de História, procuro, através da pesquisa e do estudo da história local, fazer com que os alunos possam compreender as questões do seu cotidiano e qual a influência do passado em sua realidade atual.

Tomar o local como referência pode fazer com que os alunos tenham uma dimensão maior da importância da disciplina de História. Para os historiadores e os demais pesquisadores da área de Ciências Humanas, o local aparece de forma bastante diversificada, e isso dificulta estabelecer o que pode ser considerado de âmbito local. Por isso, um dos maiores problemas que enfrentamos ao trabalhar com história local é em relação à dificuldade em definir o que é o local. Levando em conta esse problema, seguimos as recomendações de Márcia de Almeida Gonçalves, que defende a ideia de que, para os estudiosos das Humanidades, grupo no qual nós, pesquisadores e professores da disciplina de História, estamos inseridos, interessa:

Destacar uma concepção de história local que a entenda como conhecimento histórico produtor de uma consciência acerca das relações entre as ações de sujeitos individuais e/ou coletivos em um lugar dimensionado em uma ordem de grandeza como uma unidade. O estabelecimento desses lugares/unidades, por seu turno, se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde se vive (GONÇALVES, 2007, p. 178).

Portanto, estabelecemos e dimensionamos geograficamente os limites do município de Capela e também fatos históricos que ocorreram fora de seu limite territorial, mas que estejam relacionados com o município, como objeto de estudo. Pretende-se trabalhar com a história desse município interligada à história do Brasil e à história geral, pois, como afirma Raphael Samuel, “ao invés de considerar a localidade por si mesma como objeto de pesquisa, o

historiador poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja, por si só, limitado tanto em tempo como em espaço mas usado como uma janela para o mundo” (1990, p. 229), ou seja, devemos pesquisar a história local, no entanto não podemos tratá-la como se fosse uma história isolada e não tivesse relação nenhuma com a história de outros lugares. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário trabalhar os conteúdos sobre a história de Capela de forma articulada, conectando-os a outros conteúdos. Ao trabalhar, por exemplo, os conteúdos ligados à questão do cultivo da cana-de-açúcar em Capela, é preciso fazer com que fique claro que esse assunto não faz parte somente do contexto local, mostrando a relação de Capela com Sergipe, o Brasil e o mundo.

A história local não pode ficar restrita a um limite geográfico pequeno como um povoado, um bairro, uma cidade ou um município, porém é preciso entender que todo e qualquer acontecimento está relacionado a uma localidade. De acordo com Erinaldo Cavalcante:

Não existe, portanto, experiência/acontecimento fora de um espaço, fora de um lugar, fora de um local. Talvez o fato de que a expressão “história local” contenha uma palavra que é sinônima de espaço (“local”) direcione certa concepção que atribui àquele conceito uma dada interpretação que o institui de maneira que a chamada história local seja tutelada ou condicionada pela dimensão espacial. Entretanto, o que institui que um acontecimento seja considerado local não é a dimensão do espaço, nem a dimensão do tamanho, pois quem institui a dimensão, a legitimidade, o reconhecimento e a representação é a dimensão política do acontecimento. (2018, p. 282).

Um evento como a tradicional Festa do Mastro de Capela, que acontece há muitos anos, apesar de ocorrer dentro dos limites espaciais do município, conta com a participação de pessoas de outros municípios sergipanos e de vários outros lugares do Brasil, seja como brincante, trabalhando ou assistindo. É importante destacar também que essa festa se originou a partir de experiências vividas em outro município pelos fundadores da mesma. Portanto, apesar de ser uma festa que acontece dentro dos limites territoriais do município em questão, ela tem uma dimensão que ultrapassa significativamente tais limites.

O historiador, ao tratar da história local, deve ser o responsável por delimitar geograficamente o território a ser estudado, ou seja, o seu recorte espacial, assim como precisa definir o que pretende estudar dentro desse território. É necessário ter alguns cuidados essenciais ao fazer tais delimitações a fim de se livrar de alguns problemas. Ao estabelecer o recorte espacial e o objeto de estudo que nele está inserido, é preciso, como defende Albuquerque Júnior, seguir alguns pressupostos teóricos essenciais. São eles:

a) não existe região natural, não existe recorte regional ou local que não seja um recorte feito pelos homens em uma dada época; b) o historiador não deve tomar a divisão político-administrativa que vigora no presente e estendê-la ao passado; c) o historiador não deve repor acriticamente em seu trabalho as divisões territoriais que encontra na documentação. Portanto, estas três assertivas têm como corolário uma quarta, que seria: d) é o historiador que deve fazer o recorte espacial que utilizará em seu trabalho, o historiador é que definirá o conteúdo do regional e do local de que irá tratar, definirá os seus limites, sempre no diálogo com a documentação da época e explicitando os critérios a partir dos quais está fabricando, inventando sua região e seu local. (2015, p. 52-53).

A história local possui suas especificidades, o que torna ainda mais desafiador trabalhar com ela. Um dos maiores desafios encontrados por pesquisadores de temas relacionados à história local é a sua proximidade com estes. Essa relação de proximidade com o objeto de estudo é uma característica marcante do trabalho com a história local. “A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado.” (SAMUEL, 1990, p. 220), ou seja, o pesquisador consegue perceber com mais clareza, por conta da proximidade com o objeto de estudo, o passado da localidade e o quanto esse passado interfere no presente.

Nesse aspecto, utilizar a história local em sala de aula pode significar um grande avanço no processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à disciplina de História por tomar como referência o local em que o aluno vive. A rua, o bairro, o povoado, a cidade, o município são territórios que os alunos conhecem e identificam como sendo seus. Porém, tanto professores quanto pesquisadores precisam entender que a história local não pode ser pensada como uma história em miniatura, isto é, a história de um município não deve ser feita como uma cópia ou como o reflexo de uma história nacional. Apesar de pessoas importantes política e economicamente figurarem na história local, ela não precisa ser somente a história dessas pessoas. Não significa que devemos abrir mão de pesquisar e ensinar a história dessas pessoas, porém é importante também dar espaço à história de pessoas menos favorecidas, as quais, muitas vezes, são esquecidas pelos historiadores.

Para que o trabalho com a história local seja melhor aproveitado, faz-se necessária a utilização de conceitos da área de Geografia, como os de região e território, porque eles servem como referência para delimitar o objeto de estudo pretendido, podendo ser ele um bairro, um povoado, uma cidade, um município etc.

Os temas abordados devem obrigatoriamente estar relacionados com a história da própria comunidade. Os temas podem, portanto, ser trabalhados em suas diferentes escalas geográficas, ou seja, não precisam necessariamente ficar presos aos limites do município. É preciso mostrar que os conteúdos da história do município estão interligados com a história do

estado, a história do Brasil e a história geral. Dessa maneira, ao utilizar a história local em sala de aula, o professor pode fazer uma conexão entre o local, o nacional e o global, fazendo com que os estudantes percebam que a história da localidade está inserida em um contexto histórico que a ultrapassa.

1.2 O Ensino de História e História Local

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia indicam a história local como eixo temático nas séries iniciais do Ensino Fundamental e como perspectiva metodológica em todas as séries da Educação Básica. O mesmo documento estabelece que os objetivos gerais da disciplina de História devem ser desenvolvidos de forma gradativa, ampliando a compreensão da realidade do aluno, confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas durante o Ensino Fundamental. Entre os objetivos, podemos citar três que estão mais diretamente ligados à história local:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelece com outros tempos e espaços;
- reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil. (BRASIL - PCN, 1997, p. 33).

A utilização da história local em sala de aula é essencial para que esses objetivos sejam alcançados. Há pouco mais de três anos leciono a disciplina de História para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves, que está localizada na cidade de Capela. Ao fazer um diagnóstico, através de discussões em sala de aula, sobre os conhecimentos dos alunos a respeito da história local, foi possível notar que a grande maioria não conhece a história do município de forma satisfatória. Sendo assim, é preciso fazer com que esses estudantes tenham acesso à história do lugar onde vivem, valorizando, dessa forma, as particularidades da localidade e lhes proporcionado o entendimento de que fazem parte da história, ou seja, são sujeitos históricos. Os estudantes, seus amigos e parentes e todos que vivem ao seu redor são produtores de história.

O uso da história local em sala de aula pode servir para que os alunos possam tomar consciência de que eles também são sujeitos históricos e de que a sua história, a história das pessoas próximas e a história do lugar onde vivem são importantes e merecem ser estudadas.

Em relação ao conceito de sujeito histórico, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem a seguinte ideia:

O sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, que se tornam significativos para estudos históricos escolhidos com fins didáticos, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais. Podem ser, assim, todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características, sendo líderes de lutas para transformações (ou permanências) mais amplas ou de situações mais cotidianas, que atuam em grupo ou isoladamente, e produzem para si ou para uma coletividade. Podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, camponeses, políticos, prisioneiros, crianças, mulheres, religiosos, velhos, partidos políticos, etc. (BRASIL - PCN, 1997, p. 29).

Como sujeitos históricos que são, os alunos precisam estudar e compreender suas histórias e das pessoas próximas, da rua onde moram, do bairro, do povoado, da cidade e do município, para que se sintam pertencentes à história que lhes é ensinada em sala de aula. É de fundamental importância que os estudantes tenham acesso à história do lugar onde vivem porque isso pode fazer com que eles entendam que a história faz parte do seu dia a dia e que eles são sujeitos históricos. Dessa forma, eles sentirão prazer em estudar os conteúdos da disciplina de História em sala de aula porque, à medida que o aluno compreende que a história está próxima dele, que faz parte do seu cotidiano, ele se sentirá mais preparado para falar sobre ela. Portanto, é primordial que o aluno tenha contato com a história local, uma vez que, ao estudar temas que dizem respeito ao seu cotidiano, ele poderá ter noção da importância da História para a sua vida, encarando-a como uma disciplina necessária para a compreensão do mundo ao seu redor, através de conteúdos significativos, partindo do local para chegar ao global. Schmidt (2004) corrobora essa ideia ao defender que a história local precisa estar interligada porque uma realidade local não é autoexplicativa, e, por esse motivo, os diversos problemas de uma localidade, sejam eles políticos, culturais, econômicos ou sociais, precisam ser explicados levando-se em conta suas relações com outras localidades, outros estados e outros países, ou seja, processos históricos mais amplos.

Vivemos atualmente em um mundo globalizado, e, consequentemente, as informações de várias partes do mundo chegam rapidamente a lugares que antes estavam isolados. Hoje, com a popularização da mídia, as informações sobre acontecimentos que ocorrem distantes geograficamente são transmitidas instantaneamente. Isso se reflete no trabalho do professor em sala de aula, que precisa estar cada vez mais conectado e mais bem informado para lidar com essa questão. Nós vivemos um tempo em que o domínio da tecnologia pelo professor é primordial para que ele não fique aquém da capacidade de seu aluno em adquirir informação. Guimarães afirma:

No trabalho pedagógico em sala de aula, um aspecto relevante e necessário hoje, e não é só em História, é reconhecer e considerar, na sociedade globalizada em que vivemos, o alto padrão de desenvolvimento das tecnologias. A televisão, o rádio, a internet, os jornais – os meios de comunicação de massa em geral – e os meios de transportes, redimensionaram os fluxos, as nossas relações de espaço e tempo, bem como as relações sociais. A velocidade da circulação e do deslocamento de pessoas, mercadorias e informações faz, por exemplo, os alunos que vivem nos lugares mais afastados dos grandes centros urbanos terem acesso a fatos distantes ao mesmo tempo que foram produzidos ou após um curto espaço de tempo. Os alunos participam de redes sociais, comunidades virtuais da web das quais participam pessoas de diferentes lugares do planeta. (2012, p. 243).

Atualmente, grande parte dos alunos tem acesso à internet e está conectada e informada sobre acontecimentos que ocorrem em várias partes do mundo e, muitas vezes, desconhece o que acontece na sua cidade, em seu bairro, em seu povoado, em sua rua. Schmidt (2007) defende que, no processo de globalização no qual estamos inseridos, é essencial que a formação da consciência histórica esteja relacionada com as identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais.

Nesse processo, o local precisa estar inserido tanto quanto o nacional e o mundial. Carlos Martins afirma que, “no mundo globalizado, a forma do local e do regional fazerem face ao global é através da revalorização de sua cultura e de seu ambiente. Esse fato transforma a História Regional e Local num artigo de primeira necessidade.” (2010, p. 145).

Nesse contexto, é importante que os alunos de Capela, assim como de outros municípios, conheçam a história de sua localidade. A história local permite que as experiências de vida dos alunos e das pessoas próximas sejam incorporadas ao ensino de história, e essa experiência se dá no município, ou seja, é principalmente no município que se dá a ação do estudante enquanto sujeito histórico.

É preciso fazer com que os alunos sejam capazes de estabelecer relações entre o local, o regional, o nacional e o global. Os diversos níveis da história não podem ser tratados de forma fragmentada. De acordo com Guimarães, “a fragmentação entre o local, o regional, o nacional e até mesmo o universal pode ser evitada tendo em vista que vários temas possibilitam a análise de vários níveis e dimensões da realidade: o ecológico, o econômico, o social, o político e o cultural” (2012, p. 245).

A utilização da história local não diminui a importância da história de caráter nacional ou geral. A ênfase em torno da história local não antagoniza ou desqualifica escolhas centradas em abordagens mais abrangentes, pois a história local não se opõe à história nacional. Portanto, a história de um município não pode ser tratada como uma história isolada, desconectada do Brasil e do mundo. Ao tratar, por exemplo, sobre as comunidades quilombolas em Capela, é

preciso deixar claro que o tema está relacionado com um contexto mais geral e não ficar preso apenas ao contexto histórico desse tema somente na localidade. A história local pode ser um caminho para conhecer a história em outros níveis.

O professor precisa estabelecer conexões, mas, ao mesmo tempo, precisa mostrar com clareza a importância e a necessidade do estudo da história local, pois a localidade também é produtora de história, e essa história pode ser tão importante quanto a nacional e a geral, que são bastante disseminadas e tratadas como mais relevantes no espaço escolar como determinam os currículos. Se os conteúdos de história local não estão presentes satisfatoriamente no currículo, o professor pode utilizá-la mesmo assim. Como exemplo, podemos afirmar que um professor que atue em Capela, ao trabalhar o conteúdo referente à Segunda Guerra Mundial, pode inserir a história de Lenalda Campos, uma enfermeira capelense que participou dessa Guerra, sem prejuízo do conteúdo geral abordado. Muito pelo contrário, essa atitude enriquece mais a aula e, ao mesmo tempo, mostra que a localidade possui histórias interessantes e não está historicamente isolada. “Desse modo, a história local serve para questionar a ideia de que somente os grandes centros, econômicos ou políticos, são capazes de produzir os acontecimentos da história.” (VIANA, 2016, p. 23).

Ainda sobre a ideia de que é preciso contextualizar a história local relacionando-a com a história de outras localidades e com a história de caráter mais geral, precisamos ter em mente que, no que diz respeito à utilização de conteúdos escolares relacionados à história local, se faz necessário o cuidado ao adotar a história local como um objeto de estudo, porque, ao propor conteúdos escolares de determinada localidade, deve-se entendê-los, como afirma Circe Bittencourt, não “apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outro ‘lugares’” (2009, p. 172).

A história local precisa ser ensinada nas salas de aula do Ensino Fundamental. Os professores podem fazer com que os conteúdos referentes à história do lugar onde seus alunos vivem sejam ensinados. O professor é o principal responsável por incluir os conteúdos de história local em sala de aula. Ele tem a liberdade e a possibilidade de fazer isso, independentemente do que estabeleça o currículo. É importante ressaltar, como defende Helenice Ciampi, que história local não deve ser considerada como “o espelho da história de um país e de uma sociedade, pois se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos, que não se repetem nos processos mais amplos, mas com eles se relacionam” (2007, p. 211). Assim, a história local pode ser utilizada para além do que é proposto no currículo oficial.

1.3 História Local e Currículo

O currículo escolar estabelece os conhecimentos a que os alunos devem ter acesso. É praticamente impossível encontrar uma definição de currículo que possa satisfazer a todos os professores ou pesquisadores porque elas estão relacionadas com diversas correntes pedagógicas ou teorias da aprendizagem. Sabemos que existem várias correntes e teorias e que cada professor ou pesquisador tem as suas preferências. Segundo Cláudia Ricci:

Ao conceber a escola como local de transmissão e memorização de conhecimentos, onde vigora a racionalização, a burocratização com supremacia das atividades-meio (secretaria, direção, setores administrativos) em relação às atividades-fim (o fazer pedagógico) e a centralização, o currículo é compreendido como instrumento de controle do ensino-aprendizagem, definidor de ordenação e metodologia, facilitador da administração e controle escolar. Por outro lado, se a escola é concebida como espaço-tempo de problematizações sobre ser e pertencer ao mundo, de aprendizagens e vivências de princípios éticos e morais, do ensino-aprendizagem de conceitos e ferramentas interpretativas, o currículo é percebido como conjunto de experiências, vivências e atividades na escola convergentes para objetivos educacionais. (2019, p. 191).

Os currículos escolares vêm passando por grandes transformações desde o final do século passado. Apesar da heterogeneidade das diversas propostas curriculares, Bittencourt aponta algumas das características gerais das propostas curriculares de História para o Ensino Fundamental e Médio elaboradas a partir da penúltima década do século XX. Dentre as várias características, existem algumas que são comuns a diversas propostas, e, entre elas, destaca-se uma que está diretamente ligada à história local: “a introdução dos estudos históricos a partir das séries iniciais do ensino fundamental.” (BITTENCOURT, 2009, p. 111-112).

Nota-se que uma das características gerais presentes nos currículos em vigor a partir do final do século passado e que permanece nos currículos atuais é a possibilidade de os estudantes terem acesso aos estudos históricos desde os primeiros anos do Ensino Fundamental. Esses estudos inicialmente estão voltados para a introdução de uma história local e depois procuram estabelecer articulações entre o que acontece no entorno do aluno com a história regional, nacional e mundial. Tomando como base a ideia de que os estudos da disciplina de História devem proporcionar ao educando o desenvolvimento intelectual, recomenda-se introduzir o conteúdo a ser estudado por um problema situado no tempo e buscar no passado as respostas para tal problema.

As reformas curriculares ocorridas ao longo dos anos 1980 e, de forma mais acentuada, depois de 1985 em quase todos os estados brasileiros, apesar das grandes diferenças entre si,

tiveram como eixo central o trabalho com a realidade do aluno, com a história que acontece à sua volta. Sendo assim, Bittencourt enfatiza que, nos primeiros anos do Ensino Fundamental,

A problematização do estudo histórico inicia-se sempre pelo *local*, que se torna objeto de análise constante, e não mais em apenas uma das séries, dependendo do tema a ser estudado. Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na *história do cotidiano* e apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns – homens, mulheres, crianças e velhos – na constituição histórica, e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais. (2009, p. 114).

Como dito, o estudo da História Local faz parte do cotidiano escolar do aluno a partir do momento em que o estudante ingressa no Ensino Fundamental. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, há uma orientação de que os conteúdos de História devem ter como base o eixo temático história local e os conteúdos abordados devem dar preferência à localidade do aluno porque as crianças, quando iniciam seus estudos na escola, “passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com um outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais – caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais.” (BRASIL - PCN, 1997, p. 40).

No Brasil, em 2017, depois de uma ampla discussão com vários setores que contou com a participação de profissionais de ensino e representantes da sociedade civil, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma nova versão de um documento que passou a orientar os currículos escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de todo o país e, conseqüentemente, passou a indicar a maioria dos conteúdos que devem ser ensinados em sala de aula. Esse documento é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi construída para ser

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL - BNCC, 2017, p. 7).

A BNCC, que em sua elaboração contou também com a colaboração de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), passou a servir como referência curricular para as redes de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e das propostas pedagógicas

das instituições escolares de todo o país, buscando políticas e ações em âmbito federal, estadual e municipal.

As temáticas referentes à história local aparecem na BNCC de forma mais significativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando fazer com que os alunos compreendam a noção de tempo e de espaço e o sentido de pertencimento a uma comunidade.

A BNCC estabelece que é de responsabilidade dos estados e municípios elaborar os currículos de seus sistemas de ensino tomando como referência a própria Base Nacional, mas incluindo as particularidades regionais e locais que não estão presentes no documento nacional.

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no final do ano de 2017, o Distrito Federal, os estados e os municípios começaram a reelaborar seus respectivos currículos tomando como referência, como havia sido determinado, a BNCC recentemente aprovada. O estado de Sergipe finalizou o seu currículo com base na nova BNCC no ano de 2018. A partir de então, esse documento passou a ser utilizado como referência curricular para todas as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Estadual e das Redes Municipais de ensino de nosso estado.

O Currículo de Sergipe representa uma construção coletiva e democrática, elaborado a partir do Regime de Colaboração entre o Ministério da Educação – MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e a União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Em Sergipe, seguindo o princípio do Regime de Colaboração, os gestores da Rede Estadual de Ensino e os Municípios se reuniram e firmaram um pacto para a construção coletiva do currículo, havendo a adesão dos 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos. (SERGIPE, 2018, p. 11).

No Currículo de Sergipe, no componente curricular História, para o Ensino Fundamental, o entorno do aluno, seguindo o que pressupõe a BNCC, é estudado nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Ao analisar o Currículo de Sergipe para o Ensino Fundamental no que se refere à disciplina de História, percebe-se que o local aparece como objeto de estudo nos primeiros anos e é possível constatar que a história local ocupa um espaço privilegiado no currículo do 1º ao 4º ano. Nas séries seguintes, ela é pouco citada. É preciso entender que, mesmo que a história local ocupe um lugar privilegiado no currículo nos primeiros anos, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe (SEDUC) não fornece material didático sobre história local para facilitar o trabalho dos professores, e o livro didático do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é uma das principais ferramentas utilizadas por professores da Educação Básica, não foi pensado para abarcar a história local.

Entendemos que há a necessidade de que o estudo da história local esteja presente também nos anos finais do Ensino Fundamental. É preciso fazer com que várias dessas temáticas presentes no currículo de História referente aos anos iniciais possam ser trabalhadas também nos anos finais, mesmo sendo temáticas que, como podemos perceber no currículo oficial, não se fazem presentes nessa etapa.

O ensino de história local é muito importante para que os alunos possam compreender que existem múltiplas histórias e que sua vida cotidiana, assim como a de pessoas próximas a eles, podem ser objeto da história. Uma história que é ao mesmo tempo particular, na medida em que faz parte de seu cotidiano, mas que está ligada a uma história mais geral, pois a sua história e a de seus parentes e amigos, a história de sua rua, de seu bairro, de seu povoado e de sua cidade não estão presas à sua localidade, uma vez que estão ligadas a um contexto mais abrangente, mais geral da história. É muito importante que possamos levar a história local para a sala de aula. Nesse sentido, Schmidt explica que, enquanto elemento que faz parte do saber histórico escolar,

A História Local pode ser vista como uma estratégia de ensino. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos. (2007, p. 190).

A discussão teórica em torno da história local e suas características, assim como as possibilidades e os cuidados que devemos ter ao utilizá-la, são muito importantes para quem pretende trabalhar com a história dos municípios. Ultimamente, a discussão sobre as estratégias pedagógicas mais adequadas para o ensino de história se faz muito presente. Cabe enfatizar que a história local pode contribuir significativamente na busca por um ensino de História que possa formar cidadãos críticos, como também despertar nos alunos, a partir do conhecimento de sua realidade, a consciência de que são sujeitos históricos.

Schmidt aponta algumas vantagens da adoção da história local em sala de aula. Segundo a estudiosa,

Esse trabalho pode também facilitar a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História. Ela favorece recuperar a vivência pessoal e coletiva dos alunos e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser realizada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento. Desta maneira, podem inserir-se a

partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas nos espaços nacional e internacional. (SCHMIDT, 2007, p. 191).

Até agora procuramos mostrar algumas características da história local, como ela pode ser utilizada em sala de aula e como aparece no currículo oficial. Com base no que foi discutido, afirmamos que a utilização da história local em sala de aula é bastante relevante. Trataremos a seguir da importância da cartilha enquanto suporte didático-pedagógico.

1.4 A Cartilha e o seu Uso Enquanto Suporte Didático-Pedagógico

Antes de tratarmos especificamente da cartilha, é interessante discutirmos um pouco sobre a principal ferramenta pedagógica utilizada por professores da Educação Básica no Brasil: o livro didático. Conceituar livro didático é uma tarefa difícil. De acordo com Freitas, livro didático é

um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo, predominantemente, alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar. (2010, p. 242).

Reforçando o conceito, Freitas afirma ainda que “livro didático é categoria ideal-típica designadora que apresenta o conhecimento” (2019, p. 143). Esse conhecimento, sintetizado no livro didático, é, basicamente, a maior parte dos conteúdos que os alunos da Educação Básica acessam. É sabido que atualmente o livro possui variações quanto ao formato, como o livro digital, mas a maioria dos alunos da Educação Básica tem mais acesso ao livro impresso.

Apesar de alguns professores do Ensino Básico abominarem o uso do livro didático, considerando-o um vilão no processo de ensino-aprendizagem e culpando-o pelo déficit de aprendizagem dos alunos, outros o veem como um grande aliado nesse processo. O certo é que o livro didático tornou-se o principal instrumento pedagógico utilizado por professores da Educação Básica no Brasil. Constitui-se num importante suporte para o trabalho do professor.

O livro didático é elaborado considerando-se uma base geral, pois é uniformizado e distribuído para as escolas públicas de todo o país através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sem considerar as particularidades locais.

O governo brasileiro começou a investir na produção de livros didáticos a partir da década de 1930. Em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro Didático (INL) através do

Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, e, em 30 de dezembro de 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) através do Decreto-Lei nº 1.006.

O PNLD, que é o resultado de várias políticas públicas que o antecederam, foi instituído em 20 de agosto de 1985 através do Decreto nº 91.542. Tem como finalidade a seleção e a distribuição gratuita de livros didáticos aos estudantes das escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio de todo o Brasil. Com a criação do PNLD, os professores passaram a ter o direito e a responsabilidade de selecionarem os livros a serem utilizados em sala de aula. O decreto que criou o PNLD, em seu parágrafo 1º, artigo 2º, deixa claro que “A seleção se fará por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do país”⁵, porém até hoje essas particularidades não são atendidas.

No que se refere à disciplina de História, o livro didático dá ênfase à história do Brasil e à história geral. Como afirma Aryana Costa,

Um primeiro ponto a ser indicado é que dificilmente o material base com que trabalhamos em sala de aula, ou seja, os livros didáticos e apostilas, conseguirá dar conta das nossas especificidades locais. Como são produzidos para atender professores de norte a sul do país, esses materiais costumam trazer uma abordagem mais “universal” da história, a que mais pessoas possam se relacionar e não têm como se aprofundar equanimemente e em orientações para trabalhos referentes aos estados do Amazonas, da Paraíba, do Mato Grosso ou de Santa Catarina, por exemplo. Muito menos de cidades ou regiões diferentes dentro dos estados. (2019, p. 134).

Isso dificulta o trabalho do professor que pretende trabalhar com a história local em sala de aula. As escolas em sua grande maioria não possuem materiais didáticos sobre a história local. Não há, por parte do poder público, especificamente no estado de Sergipe, a preocupação em produzir e distribuir nas escolas material didático que trate da história local, dificultando, dessa forma, o trabalho do professor que deseje utilizá-la em sala de aula. Por isso, o professor que pretende desenvolver um trabalho com história local em sala de aula tem que fazer suas próprias pesquisas e produzir seu próprio material didático.

O professor, ao produzir material didático na tentativa de resolver problemas como a falta de material adequado, dá um importante passo para se libertar. O professor não pode ficar preso ao livro que é fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Consideramos que o livro didático fornecido é uma ferramenta muito importante no processo de ensino-aprendizagem, porém o professor pode deixar de ser somente consumidor e passar a ser também produtor de material didático. Esse material produzido passa a ser mais uma opção

⁵ Diário Oficial de 20 de agosto de 1985, p. 12.178 Seção I.

didática, aumentando o leque de opções do professor e tornando mais diversificadas as fontes de conhecimento histórico. De acordo com Guimarães:

Diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido um dos maiores desafios dos professores de História na atualidade. Isso implica redimensionar as relações professor-aluno-saber. Implica superar a relação de submissão de professores e alunos ao saber difundido e não ceder a sedução exclusiva do livro didático. A sala de aula não é um mero espaço de transposição didática e reprodução de conteúdos, logo, requer de nós uma postura de criticidade diante do conteúdo veiculado. (2012, p. 103).

Existem vários fatores que dificultam a pesquisa e a produção de material didático pelos professores. Entre eles, a falta de tempo para produzir, já que, por conta dos baixos salários que recebem, os professores são forçados a trabalhar em várias escolas, ficando muito tempo na sala de aula. Outro problema é a falta de incentivo do poder público em fomentar a formação continuada de professores, contribuindo, dessa forma, para a qualificação profissional deles. Uma pós-graduação como o Mestrado Profissional em Ensino de História é uma oportunidade ímpar que contribui com o crescimento profissional dos professores e com a pesquisa e a difusão de material didático-pedagógico, e, em Sergipe, os professores da Rede Estadual de Ensino, por exemplo, sequer têm a sua carga horária diminuída para se dedicar aos estudos.

Bittencourt, ao abordar o tema materiais didáticos, defende que uma concepção ampla e bastante atual parte do princípio de que eles “são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso, da História.” (2009, p. 296).

O livro didático é um instrumento muito importante tanto para os professores quanto para os alunos, no entanto, falando especificamente sobre os livros didáticos de História, podemos afirmar que eles, por serem produzidos para atender alunos e professores de todo o Brasil, não dão conta dos conteúdos referentes à história local. Por isso, defendemos a importância da produção de material didático por professores que pretendem trabalhar com esse tema, mas compreendendo que a grande maioria dos professores não tem tempo suficiente para tal.

A produção de material didático é um processo capaz de fazer com que o professor conheça mais a fundo a história do município, visto que, para realizar esse trabalho, necessita de muita pesquisa.

Como dito anteriormente, o objetivo deste trabalho é a produção de uma cartilha sobre a história do município de Capela. A cartilha é um instrumento pedagógico importante que pode facilitar o trabalho do professor em sala de aula e melhorar o aprendizado dos alunos.

Além dos textos, um outro recurso de destaque que deve fazer parte de uma cartilha são as imagens. Segundo Guimarães:

As imagens constituem fontes extraordinárias para o processo de ensino e aprendizagem em todas as áreas, sobretudo em História. Ampliam o nosso olhar, possibilitam o desenvolvimento da observação, da crítica, da criatividade. Atraem. Seduzem. Instigam. As imagens visuais – desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografias –, produzidas em diferentes épocas e lugares, tem valor educativo, estético, histórico. Os professores de História [...] reconhecem esse fato e cada vez mais as incorporam no cotidiano da sala de aula. As artes visuais expressam modos de pensar, visões de mundo, leituras e intenções variadas, experiências e sensibilidades de homens e mulheres que as produziram em determinadas circunstâncias. Logo, estimulam o nosso pensamento, nosso imaginário, nossas sensações. (2012, p. 352).

As imagens são fontes históricas importantes que possibilitam abordagens históricas e culturais. As fotografias, por exemplo, ao serem produzidas, podem também retratar cenários sociais e culturais desse momento. Ao utilizar imagens como um recurso pedagógico, precisamos ter o cuidado de não usá-las apenas como ilustração para atrair a atenção do aluno. Ao fazer uso de uma imagem em sala de aula, é primordial fornecer informações relevantes sobre a produção delas, tais como: quem fez, para que fez, onde e quando foi feita. Não faz sentido utilizar em sala de aula, por exemplo, uma fotografia retratando a Igreja Matriz de Capela (Igreja Nossa Senhora da Purificação) sem fornecer mais informações sobre essa imagem.

Dentre as imagens utilizadas na produção da cartilha em questão, merece destaque a fotografia por ser a mais utilizada.

A fotografia foi criada a partir da terceira década do século XIX e teve seu uso difundido durante o século XX. Ela possibilitou o registro de diversos acontecimentos grandiosos, como guerras e olimpíadas, mas também registra a vida cotidiana. Ela tem sido muito utilizada como fonte documental por historiadores que pesquisam diversos temas.

A fotografia pode ser utilizada em sala de aula de várias formas. Bittencourt afirma que “o uso da fotografia pode favorecer o entendimento das mudanças e permanências, por intermédio de um estudo comparativo. Uma proposta frequente, ao estudar-se a história local, é apresentar fotos do mesmo lugar em momentos diferentes.” (2009, p. 369). Diante do exposto, é possível entender que a fotografia é um recurso muito importante para a confecção da cartilha.

No *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras*, a palavra cartilha significa “Livro para aprendizagem de leitura. Compêndio elementar com rudimentos de arte, ciência ou doutrina.” (BECHARA, 2011, p. 274). No que se refere à nossa cartilha, ela pode ser caracterizada como sendo um material composto de textos e imagens que tratam de aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais de uma região (o município de Capela), sendo produzida para fins didáticos.

Como já foi discutido, a história local é destaque no Currículo de Sergipe somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental e quase não aparece nos anos finais. Procuramos mostrar, na medida do possível, como os temas da história local podem ser abordados e “adaptados” ao currículo, mesmo que oficialmente tais conteúdos não façam parte dele, ou seja, como os conteúdos sobre a história de Capela podem ser trabalhados juntamente com os conteúdos que fazem parte do currículo dos anos finais do Ensino Fundamental. Seleccionamos, abaixo, alguns exemplos de temas que constam na cartilha, mostrando como estabelecer sua ligação com o Currículo de Sergipe para os anos finais do Ensino Fundamental.

Tomando como exemplo as passagens do bando de Lampião pelo município de Capela, sabemos que a história do cangaço e a história de Capela cruzaram-se pela primeira vez em novembro de 1929, quando Lampião entrou “pacificamente” na cidade, e a segunda vez, quase um ano depois, em novembro de 1930, quando foram cometidas várias atrocidades pelos cangaceiros nas fazendas próximas e houve também a reação à invasão da cidade por parte da população capelense. No Currículo de Sergipe, o cangaço aparece na especificação dos objetos de conhecimento relacionados à unidade temática “O Nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX” (SERGIPE, 2018, p. 475), fazendo parte dos conteúdos propostos para o 9º ano do Ensino Fundamental. Entre as habilidades pretendidas nessa unidade temática, podemos destacar: “Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicas e políticas da emergência da República no Brasil, em Sergipe e Local.” (SERGIPE, 2018, p. 475). Vale ressaltar que é uma das poucas vezes em que o Currículo de Sergipe aborda a localidade nos anos finais do Ensino Fundamental. É possível tratar das passagens de Lampião por Capela relacionando com vários aspectos da história do Nordeste, uma vez que o cangaço foi um fenômeno tipicamente regional, como também com a história do Brasil, principalmente no contexto político e econômico. As passagens de Lampião por Capela podem servir como pano de fundo para um estudo relacionando o fato com a história do cangaço de forma mais ampla e com as características políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Um outro exemplo acerca da possibilidade de relacionar a história local com os temas que constam no currículo pode ser dado através da história de Lenalda Campos, que está diretamente ligada à Segunda Guerra Mundial, confronto do qual ela participou como enfermeira da FEB – Força Expedicionária Brasileira. No Currículo de Sergipe para os anos finais do Ensino Fundamental, a Segunda Guerra Mundial é um objeto de conhecimento que está direcionado ao 9º ano, fazendo parte da unidade temática “Totalitarismos e Conflitos Mundiais” (SERGIPE, 2018, p. 477). Entre as habilidades pretendidas nessa unidade temática, consta: “Discutir a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados e suas contradições, e avaliar o impacto daquele conflito no Nordeste e em Sergipe com os torpedeamentos.” (SERGIPE, 2018, p. 477). Ao trabalhar a temática da Segunda Guerra Mundial, é possível inserir a história de Lenalda Campos como representante local, mostrando, dessa forma, como dito anteriormente, que a história local está conectada com outras histórias.

Neste capítulo, tentamos mostrar a importância da história local e suas principais características, procurando demonstrar a possibilidade de utilização dela em aulas dos anos finais do Ensino Fundamental. Discutimos também as características e a importância da cartilha. No próximo capítulo, por sua vez, abordaremos temas referentes à história de Capela que fazem parte da cartilha.

CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DE CAPELA

O município de Capela, no estado de Sergipe, está situado a aproximadamente 67 quilômetros da capital, Aracaju. Limita-se a Norte com Aquidabã, a Oeste com Cumbe, Nossa Senhora das Dores e Siriri, a Sul com Rosário do Catete e a Leste com Japarutuba e Muribeca. Além disso,

O clima do município é do tipo megatérmico seco e sub-úmido, com temperatura média no ano de 24,9° C, precipitação pluviométrica média anual de 1.372mm e período chuvoso de março a agosto. O relevo é dissecado predominando as formas de tabuleiros, colinas e cristas, com aprofundamento da drenagem de muito fraca a fraca. Os solos são Podzólicos vermelho amarelo equivalente, Eutrófico, Latosol vermelho amarelo e Aluviais Eutróficos e Distróficos, cobertos por uma vegetação de Capoeira, Caatinga, Mata e Cerrado. (SERGIPE/SEPLANTEC, 2000).

Esse município é conhecido principalmente por ser um dos maiores produtores de cana-de-açúcar de Sergipe, por possuir a segunda maior reserva de Mata Atlântica do estado (Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco) e, em especial, por causa da tradicional Festa do Mastro, a qual atrai anualmente milhares de visitantes e acontece no mês de junho, no dia dedicado a São Pedro, ou no primeiro final de semana após esse dia quando ele não coincide com o final de semana.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Capela possui uma área territorial de 444, 211 quilômetros quadrados e uma população estimada em 2019 de 34.213 habitantes⁶.

Para tratar do município, faremos uso de algumas obras escritas que retratam a história de Capela. Entre elas podemos destacar, além dos já citados anteriormente, *Vida Patriarcal de Sergipe*, de Orlando Vieira Dantas, *Variações em Fá Sustenido*, de Zózimo Lima, e *Mulheres Capelenses em Destaque*, de Denilsa de Oliveira Santos.

A história do município merece ser contada aos capelenses e a quem mais se interessar. Como não é possível, por várias questões, contar toda a história de Capela, ou seja, todos os fatos relacionados à sua história desde a sua fundação, abordaremos apenas parte dela, iniciando com o surgimento da povoação na primeira metade do século XVIII e seguiremos tratando de outros aspectos históricos do município.

⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/capela.html>. Acesso em: 8 maio 2020.

2.1 Capela, um Breve Histórico

O município de Capela conquistou sua emancipação no ano de 1833. No entanto, para contar sua história, precisamos recuar um pouco mais no tempo. Foi na primeira metade do século XVIII que Luiz de Andrade Pacheco e sua esposa Perpétua de Matos França doaram terras para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Purificação, no sítio Tabuleiro da Cruz. Eles doaram também a quantia de cem mil réis para que a capela fosse erguida. A capela ficou pronta no ano de 1737, e no seu entorno começou a surgir a povoação.

Localizada na região do Cotinguiba, a povoação pertencia à vila de Santo Amaro das Brotas, que na época era uma das mais importantes vilas da então Capitania de Sergipe. A povoação foi aumentando aos poucos, e Capela foi elevada à categoria de vila no ano de 1833, recebendo o nome de vila de Nossa Senhora da Purificação. Ao se tornar vila, Capela passou a ser administrada por uma Câmara de Vereadores composta, de acordo com Santos (2011), pelos seguintes vereadores: Silvestre de Carvalho Resende (Presidente), Hermenegildo Telles de Menezes, Manoel de Melo Resende, Francisco Xavier Telles de Menezes Sobral e José da Trindade Prado (Barão de Propriá).

Nessa época, só podiam fazer parte das Câmaras Municipais pessoas das classes mais privilegiadas, e, em Capela, assim como em outros municípios da Província de Sergipe, muitos proprietários de terra, senhores de engenho, passaram a ocupar o cargo de vereador para defender os interesses da classe, já que a cultura da cana-de-açúcar estava em expansão. Fazia parte das obrigações das Câmaras Municipais na época do Brasil Império: determinar prisões, fixar os preços das mercadorias, entre outras. Era tarefa do presidente da província aprovar ou não as leis elaboradas pelas Câmaras Municipais, no entanto estas eram diretamente responsáveis por administrar vilas e cidades.

Capela não ficava de fora da agitação política da província e da rivalidade entre os partidos “Camundongo e Rapinas”. Vivia nessa época sob a influência do padre Gratuliano José da Silva Porto e de João Batista Monteiro, que faziam parte do partido Camundongo.

Logo que ocorreram a eleição de 1836 e, com ela, a fraude de Lagarto, o Comendador Travassos, os drs. Fernandes de Barros e Souza Brito, que foram os líderes provinciais e candidatos prejudicados pela fraude eleitoral, se insurgiram e procuraram os municípios solidários à revolta de Santo Amaro. Então o padre Porto e Monteiro se engajaram nessa luta, tendo antes mobilizado diversos companheiros para o assalto ao Quartel de Polícia da Vila, visando conseguir armas para o desencadeamento do confronto em Capela. A reação, todavia, foi pronta, forçando-os a desistir da tentativa e promover uma retirada estratégica. (DANTAS, 1980, p. 89).

Não obtendo êxito, o padre Gratuliano Porto, juntamente com outros companheiros que faziam parte do Partido Camundongo, fugiram para Penedo, em Alagoas, e João Batista Monteiro, considerado o grande inimigo dos Rapinas, e outros membros do Partido Camundongo que ficaram em Sergipe foram processados.

Nessa época, o Brasil era governado por regentes, já que D. Pedro I havia abdicado do trono brasileiro e seu filho, Pedro de Alcântara, ainda não podia assumi-lo. Foi um período em que ocorreram várias revoltas.

Em relação à Província de Sergipe, Felisbello Freire defende que o período da regência pode ser dividido em dois períodos, sendo que o primeiro período (1831-1836) foi um período em que os presidentes da província procuravam manter a paz. No entanto, o segundo período (1836-1842) foi muito conturbado.

A disputa a que Orlando Dantas se referiu anteriormente por conta da fraude na eleição de 1836 foi narrada por Felisbello Freire no livro *História de Sergipe (1575-1855)*. Na eleição para deputados da Assembleia Geral de 1836, eram candidatos pelo Partido Legal o Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira e Sebastião Gaspar de Almeida Boto, e pelo Partido Liberal o Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros e o Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito.

Nessa eleição, o Partido Liberal obteve a maioria dos votos, porém houve uma fraude para beneficiar o Partido Legal, colocando-se na ata do Colégio Eleitoral de Lagarto mais eleitores do que realmente havia. O Colégio tinha 50 eleitores e na ata foram colocados 3.627.

Liberais influentes de Sergipe se rebelaram e decidiram mandar um representante para falar com o presidente da província, Bento de Melo Pereira. O coronel Francisco da Graça Leite ficou encarregado de falar com o presidente sobre as arbitrariedades cometidas por seus correligionários. O coronel retornou com “uma proclamação do Presidente, aconselhando aos reunidos de deporem as armas, voltando tranquilos as suas casas, confiando, sob a palavra do governo, que era ele Presidente o primeiro a reconhecer a nulidade do collegio de Lagarto” (FREIRE, 1981, p. 303).

Sebastião Gaspar de Almeida Boto, que queria a manutenção da fraude e a não anulação da eleição, invadiu a vila de Santo Amaro, que era um importante núcleo político do Partido Liberal, com 600 praças. A população que sabia das intenções dele já havia se retirado da vila, ficando somente três homens que estavam doentes. Estes foram fuzilados na praça. A tropa também saqueou as casas da vila. Não tendo com quem brigar, Almeida Boto atirou na imagem de Santo Amaro na igreja matriz. Ao tomar conhecimento desse fato, 20 rapazes que estavam fora da vila pegaram em armas e seguiram para a vila. Ao encontrarem o comandante do

destacamento, João Bolacha, o mataram. O restante da tropa, sabendo o que havia acontecido com seu comandante, se retirou.

O presidente da província mandou o vigário de Laranjeiras, Antônio José Gonçalves de Figueiredo, a Santo Amaro para conversar com os revoltosos.

Foi-lhe respondido que o Presidente não merecia confiança, pelo facto de não ter cumprido o que prometteo na proclamação que foi lida em Sant'ana, mandando-os depois assassinar e roubar, e que as armas conservavão para defenderem-se dos assassinos. Voltando o vigário Figueiredo, e dando resposta ao presidente, uma nova força se dirigio a Santo Amaro, composta de cerca de quatrocentas praças. (FREIRE, 1891, p. 310).

Houve então um novo confronto na entrada da vila, onde os rapazes aguardavam a tropa, tendo morrido nessa ocasião um representante de cada lado. Em menor número, os santamarenses se retiraram. As tropas do governo também se retiraram, porém, ao passarem pelos engenhos, saquearam e cometeram assassinatos.

Vários membros do Partido Liberal passaram a ser perseguidos em toda a província, inclusive na vila de Capela, como citou Orlando Dantas. Os integrantes do Partido Legal passaram a ser chamados de Rapinas por causa dos roubos praticados em Santo Amaro, e os membros do Partido Liberal foram chamados de Camundongos por ser esse o apelido do Dr. Manoel Joaquim de Souza Brito, um dos representantes do partido na eleição de 1836. “No entanto foi nulificada aquella desastrada eleição geral, por Decreto do Governo Imperial, em vista do extraordinário número de Eleitores fictícios, demitido o Presidente, a quem foi estranhado seu procedimento e notado como inepto” (FREIRE, 1891, p. 311).

Capela, já na primeira metade do século XIX, era importante politicamente e influenciava a política na Província de Sergipe. Na segunda metade do século XIX, no início da década de 1860, foi dado um importante passo para a vila de Capela, a criação de sua comarca. Antes da criação dela, Capela já havia pertencido às comarcas de Laranjeiras, Propriá e Itabaiana. A comarca de Capela foi criada em 22 de março de 1861 através da Resolução nº 607. No final da penúltima década do século XIX, Capela foi elevada à categoria de cidade através da Resolução nº 1.333, em 28 de agosto de 1888.

A partir da proclamação da República no Brasil, ocorrida em 15 de novembro de 1889, tendo à frente do movimento o Marechal Deodoro da Fonseca, ocorreram grandes mudanças administrativas. As cidades deixaram de ser administradas pelas Câmaras Municipais e passaram a ser administradas inicialmente pelos Conselhos de Intendência, que possuíam funções idênticas às das antigas Câmaras Municipais.

Com a nomeação do dr. Felisberto Firmo de Oliveira Freire para presidente do Governo Provisório de Sergipe, em 25 de dezembro daquele ano, um dos seus primeiros atos foi a dissolução das Câmaras Municipais e a criação, em substituição, dos Conselhos de Intendência. Para a composição dos novéis conselhos republicanos foram designadas figuras destacadas do município de Capela, Coelho e Campos à frente, bem assim Tomaz Rodrigues da Cruz, José Moreira Guimarães e Júlio Flávio Acioly. (DANTAS, 1980, p. 92).

Abrimos um parêntese para falar de um dos membros do Conselho de Intendência de Capela que foram nomeados após a Proclamação da República. Todos os cidadãos que foram nomeados eram pessoas consideradas importantes dentro da sociedade capelense, dentre elas Coelho e Campos.

José Luiz Coelho e Campos nasceu em 4 de fevereiro de 1843 no Engenho Mata Verde, em Siriri, e morreu em 13 de outubro de 1919, no Rio de Janeiro, que na época era a capital do Brasil, onde ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Estudou na Faculdade de Direito de Recife, tendo obtido o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1862. Começou sua carreira jurídica em 1863, quando foi nomeado promotor público de Capela e depois, também em Capela, se tornou suplente de juiz municipal de órfãos.

Na política, durante o período imperial, fez parte do Partido Conservador. “Elegeu-se deputado provincial em três legislaturas e deputado federal em quatro mandatos.” (DANTAS, 1980, p. 108). A primeira eleição de Coelho e Campos para a Assembleia Geral do Império ocorreu em 1876, tendo deixado o parlamento em 1878 após a dissolução deste por parte do Imperador D. Pedro II. Voltou a exercer o cargo nas eleições de 1882 e, ao término do mandato, em 1884, voltou para Capela, onde passou a se dedicar à advocacia. Foi eleito novamente deputado da Assembleia Geral em 1885 e permaneceu um ano no cargo porque mais uma vez o parlamento foi dissolvido pelo imperador.

Na República foi nomeado membro do Conselho de Intendência, de Capela, onde residia. Filiou-se ao Partido Nacional e depois ao Republicano, seu sucessor. Senador da República em três legislaturas, quando em 1913, depois de demonstrada sua cultura jurídica, ao participar do Congresso Constituinte, foi membro da Comissão Especial do Código Civil. Pronunciou no Senado diversos discursos sobre direito constitucional, civil, comercial, reforma judiciária do Distrito Federal, escravidão, indústria agrícola, crédito rural, intervenção federal, separação da Igreja do Estado, professando a liberdade de culto. Foram luminosos discursos que merecem estudos especiais sobre a sua figura, como homem público culto e expressivo. (DANTAS, 1980, p. 108).

Coelho e Campos foi eleito senador da República por Sergipe pela primeira vez em 1890, tendo assumido o cargo em 1891 e participado das discussões e da aprovação da primeira

Constituição Brasileira do período republicano. Foi reeleito em 1897 e 1906. Deixou o senado em novembro de 1913 para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) após ser nomeado pelo Presidente Hermes da Fonseca. Podemos afirmar que José Luiz Coelho e Campos foi a mais importante figura política de Capela no final do século XIX e início do XX.

Capela continuou sendo um importante núcleo político e econômico do estado de Sergipe no século XX. O primeiro prefeito de Capela foi Cândido José de Meneses, que governou de 1900 a 1901.

Um grande marco para o município foi a chegada da energia elétrica distribuída pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) em 31 de janeiro de 1960, na administração do prefeito Luiz Almeida Mendonça. Antes disso, a energia do município possuía um sistema que funcionava apenas das 17 às 23 horas e para isso era utilizado um motor movido a óleo.

Apesar de ter conquistado sua autonomia administrativa em 1833, quando se tornou vila, e de ter sido elevada à categoria de cidade em 1888, o principal símbolo do município de Capela, a sua Bandeira, foi criada somente na segunda metade do século XX, no ano de 1974. A Lei Municipal nº 40, de 17 de maio desse ano, determinou a criação do símbolo. Essa lei definiu as cores da Bandeira de Capela, sendo elas: azul, amarela e verde. O parágrafo 2º da lei define: “A cor azul em posição vertical na margem esquerda; as cores amarela e verde são em posição horizontal, partindo da faixa azul no sentido esquerdo para o direito.”⁷ O 3º parágrafo estabelece que:

No centro das faixas Amarelo-Verde fica o Brasão Municipal, constituído de uma Coroa, simbolizando O COGNOME do Município – “CAPELA RAINHA DOS TABULEIROS” duas canas entrelaçadas na base, simbolizando o fator econômico Municipal e a data da emancipação política.⁸

Essa lei estabeleceu também que o dia da Bandeira do município seria 19 de novembro, como o da Bandeira nacional.

2.2 Capela e a Cana-de-açúcar

A história de Capela está ligada ao cultivo de cana-de-açúcar na região. Devido à importância da cana-de-açúcar para a economia local, ela está representada na bandeira

⁷ Lei Municipal nº 40, de 17 de maio de 1974 – 2º parágrafo.

⁸ Ibidem – 3º parágrafo.

municipal. A cana-de-açúcar e os produtos que dela derivam (açúcar, álcool e cachaça) são considerados patrimônios de Capela⁹. Antes mesmo de surgir a povoação, já existiam na região vários engenhos de açúcar e a partir desses engenhos é que Capela começou a se desenvolver.

A região é formada por municípios que se desenvolveram graças ao cultivo da cana-de-açúcar, a exemplo de Laranjeiras, Maruim, Divina Pastora, Santo Amaro das Brotas, Japaratuba e Capela. Essa região está situada ao longo dos vales dos rios Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba. Era a região mais próspera da Capitania de Sergipe d'El Rey no final do século XVIII e continuou sendo após a independência do Brasil em relação a Portugal, ocorrida no início do século XIX, quando a capitania foi transformada em província. Após a Proclamação da República em 1899, a região do Cotinguiba continuou tendo papel de destaque na economia e na sociedade do estado de Sergipe durante a primeira metade do século XX.

A Capitania de Sergipe d'El Rey teve um desenvolvimento econômico tardio, possuindo poucos engenhos de açúcar no século XVIII. Isso ocorreu por causa de vários fatores que desestabilizaram a capitania ao longo de sua história.

Às lutas de conquista do território aos indígenas sucederam-se as invasões holandesas, ficando a região espremida entre os interesses da Bahia, centro administrativo da colônia, e os de Pernambuco, então território holandês. Nas guerras contra os holandeses, os engenhos e canaviais existentes foram destruídos, grande parte da população escrava fugiu, formando quilombos, o gado foi abatido ou afugentado, e a cidade de São Cristóvão, sua sede administrativa, arrasada pelos contentores. Durante os períodos posteriores, Sergipe d'El Rey ficaria subalterno, na condição de comarca, à administração da Bahia, que lhe nomeava o capitão-mor. Passaria, então, a lutar contra as taxas baianas sobre a produção sergipana. (AMARAL, 2012, p. 35).

Foi na primeira metade do século XVIII que a região do atual município de Capela começou a ser povoada. Assim como outros municípios que fazem parte da região do Cotinguiba, Capela desenvolveu-se graças ao cultivo de cana-de-açúcar e se tornou um dos maiores produtores de açúcar de Sergipe.

A cana-de-açúcar foi cultivada com sucesso no Brasil a partir da primeira metade do século XVI, nas décadas de 1530 e 1540, porém ela não é uma planta nativa.

O açúcar tem uma longa e variada história, tanto no que se refere a seu uso quanto à localização geográfica. No século XV era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento exótico. Livros de receita do século XVI indicam que estava ganhando lugar no consumo da aristocracia europeia. Logo passaria de um produto de luxo a um bem de consumo de massa. (FAUSTO, 2018, p. 39).

⁹ Lei nº 557/2019.

Apesar de só ter ganhado importância econômica no Brasil a partir de 1530, essa planta, que é originária da costa da Índia, foi introduzida no Brasil desde a chegada dos europeus, logo nos primeiros anos de colonização. A cana-de-açúcar inicialmente era consumida diretamente, depois passou a ser esmagada para ser consumida como suco. Mary Del Priore traça o percurso da cana-de-açúcar da Índia até chegar ao Brasil e ao território que hoje compõe o estado de Sergipe e mostra também de que forma ela era utilizada. Segundo a estudiosa, a cana-de-açúcar da Índia foi

Levada pelos árabes ao norte da África e à Europa Mediterrânea, sua primeira utilização foi medicinal. Em Bizâncio, e depois do século X, na farmacopeia da Escola de Salerno, o açúcar era remédio ordinário, e por isso era considerado uma “droga”. Pães de açúcar e instrumentos para a fabricação de xaropes já aparecem nas imagens a partir do século XV. Plantada no Egito no século X, ela emigrou para a Síria e de lá veio para a Europa na bagagem de cruzados, tendo conhecido rápida fortuna na ilha de Chipre, passando a Valência e Sicília, e ganhando, alguns séculos mais tarde, Marrocos, Madeira, Açores e Canárias. (PRIORE, 2016, p. 65-66).

No início da colonização do Brasil, na primeira metade do século XVI, a lavoura de cana foi implantada em várias regiões, tendo chegado à Capitania de Sergipe a partir da Bahia.

Em Sergipe, a região do Cotinguiba se tornou a principal produtora de açúcar. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento da cultura do açúcar na região, dentre os quais podemos destacar: o clima quente e úmido com chuvas regulares; o solo de massapê, que se faz presente na maior parte das terras da região; e a existência de rios navegáveis, indispensáveis para o escoamento da produção. Um outro fator importante era a grande cobertura vegetal de Mata Atlântica que existia na região e era utilizada para fornecer lenha para a fomalha dos engenhos no período da moagem da cana.

Na Capitania de Sergipe, Capela, localizada na região denominada de Cotinguiba e banhada pelo rio Japaratuba, se tornou um dos principais produtores de cana-de-açúcar. O rio Japaratuba contribuiu muito para que o município se tornasse um centro canavieiro e comercial dos mais importantes para a província, com a implantação de vários engenhos. Segundo Dantas, em 1859,

Em suas terras de massapê amarelo e nas várzeas do rio Japaratuba com os seus afluentes, formadores da bacia hídrica que toma o nome do rio principal, contava Capela cento e dez engenhos de açúcar bruto. Com essa pujante base econômica, não é de surpreender que fosse um núcleo de marcante influência social e política em todo o Estado de Sergipe. (1980, p. 94).

O auge da economia açucareira na região do Cotinguiba, que inclui o município de Capela, ocorreu por volta de 1850 por causa da alta do preço do açúcar no mercado internacional, para onde era destinada a maior parte da produção. Nessa época, multiplicaram-se os engenhos e as povoações na região do Cotinguiba, fazendo com que ela se tornasse a mais próspera da Província de Sergipe. Entre os mais de cem engenhos que Capela possuía em 1859 e que foram listados por Orlando Dantas no livro *Vida Patriarcal de Sergipe*, está o Engenho Recurso, que posteriormente foi adquirido por seu pai, Manoel Correia Dantas.

Quadro 1. Engenhos de cana de açúcar em Capela no ano de 1859 e nome dos proprietários

Engenho	Proprietário
Abadessa	Angelo Andrade
Alegre	Francisco de Aquino Vieira
Araticum	Cap. Pedro Vieira de Melo
Atalho	José Silva
Barriguda	Manoel de Melo Cabral
Batalha	Nonô (Pai de Batista)
Batalha	Manoel Xavier de Andrade
Boa Sorte	José Antonio de Mello Cabral
Boa Vista	Manoel Coelho
Boa Vista	Luiz Mattos
Boi Bravo	Pedro Vieira de Matos
Cachoeira	João Dantas
Cajueiro	José Carpina
Calumby	Inácio Vieira de Matos
Campinhos	Dr. Manoel Joaquim de Oliveira
Cancelo	Manoel Goiaba
Cangaleixo	José Teixeira Guimarães
Cantinho	Manoel Carvalho de Andrade
Canzal	Loureiro Tavares
Carvão	Cel. José Guilherme Vieira
Catinga	José Antonio de Mello Cabral
Clemente	João Barbosa
Coité	Firmino G. Silveira

Colanhão	José Luiz Mendonça
Colinho	João Rosa
Conga	João Ferreira do Couto
Coqueiro	Antonio Loreiro Tavares
Cotia	Secundino Correia da Silveira
Cotia	José Barbosa de Andrade
Cotia	Manoel Pinto
Flor da Índia	João Gomes Vieira de Mello
Flor do Rio	Inácio Vieira de Matos
Flores	Dr. Tomás Rodrigues da Cruz
Flores	C. Nilo Menezes
Formigueiro	Inácio Vieira de Matos
Fuzil	João José Paes da Costa
Graúna	José Correia
Gravatá	Comendador Mello Rezende
Horta	José Lopes de Valença
Horta Nova	Ten. Cel. Delfino José Lopes
Imbira	João Dantas
Itapecuru	Emiliano Guimarães
Japarutuba	Jorge Palaten de Mello Cabral
Jataí	Francisco Feliz Ferreira Leite
Jatobá	Comendador Manoel de Melo Resende
Jatobá	Ten. Cel. João de Mello Rezende
Junco Novo	Luiz de Oliveira Matos
Junco Velho	Padre Gratuliano da Silva Pôrto
Lagartixo	Olimpio e João E. Pôrto
Lagoa	Manoel Liro da Silva
Lagoa da Estaca	Manoel Lino da Silva
Lagoa Funda	João Maria
Lagoa Funda	João Fonseca
Lagoa Real	Jonas de Aquino Viera e Antonio Passos
Lagoa Seca	João André
Lavagem	Felisberto Carvalho Andrade

Lavagem	Cap. Manoel José de Mello
Lavagem	Ten. Cel. Manoel José de Andrade
Limeira	Manoel da Silva Mira
Limoeiro	Dodô Pôrto
Lindo	Cap. Manoel Raimundo
Macaco	José Trindade Prado
Malhado	Seu Gomes
Manda Saia	Adelino Vieira Rocha
Morgado	João S. de Andrade e Cap. Mor Manoel Melo Resende
Muguém	Manoel Norberto Silva
Mulungu (Flor do Norte)	Cel. José do Prado Pimentel
Mundés	Manoel Abreu Lima
Murici	Manoelzinho Caboclo
Noruega	Manoelzinho Menezes
Nova Sorte	Firmino Correia da Silveira
Oiteiro do Meio	Antonio Muniz da Mota
Oitizeiro	Manoel de Melo Cabral
Palma	Manoel Pereira de Andrade
Palmeira	Padre Vieira de Mello
Passagem	Antonio Pereira Dantas e Manoel Ferreira Leite
Patrício	Luiz Vieira de Matos
Pedras	Cap. Antonio Vieira de Mello Cabral
Pitombeira	Antonio Lopes Mello Resende
Preta Seca	Clarismundo Carvalho
Proveito	João Teixeira Guimarães
Quemdera	Manoel Barbosa
Quití	Francisco de Aquino Vieira
Recurso	Cap. Domingos Vieira de Mello
Rezende	Comendador Antonio Gomes Carvalho de Melo
Riacho Grande	Manoel de Melo Cabral Neto
Saco da Lagoa	Ioiô Dórea
Saco do Couro	Manoel Guimarães
Sambaíba	Rosendo da Silva

Santa Cruz	M. Candido Menezes
Santo Antonio	José Trindade Prado
Sapucaia	João Lourenço
Serrado	Francisco Vieira de Matos
Taboca	Dr. Ubelino Teixeira Guimarães
Tabocal	Cap. José Luiz Mendonça
Tapuio	Luiz Vieira de Matos
Taquari	Francisco Tavares Barreto
Trapinho	Francisco José da Silva Pôrto
Várzea Grande	Francisco Vieira de Matos
Várzea Grande	José Trindade Prado
Varzinha	José Trindade Prado

Fonte: Dantas (1980, p. 129-131).

Numa época em que as estradas eram escassas, a existência de rios navegáveis era essencial para o desenvolvimento da economia açucareira na região do Cotinguiba. Dantas, ao tratar sobre o fabrico e o escoamento do açúcar no Engenho Recurso, mostra a importância dos rios para o escoamento da produção de açúcar ao informar que:

Seco o açúcar, passava à caixaria de piso de cimento, para ser pesado depois de devidamente encaixado. Em seguida era conduzido em carros de bois para o trapiche Magalhães, no rio Japaratuba, ou para Maroim, onde funcionavam as Casas Comissárias compradoras e exportadoras do produto. (DANTAS, 1980, p. 68).

A instalação de um engenho era um grande empreendimento. Um engenho necessitava, dentre outras coisas, de uma grande área de cana plantada, equipamentos para realizar o processamento e mão de obra. O açúcar produzido inicialmente na região do Cotinguiba, como em todo o Brasil, era chamado de barreado porque se utilizava de barro em sua preparação, no processo de clareamento. Em Capela, a transformação de engenhos em usinas de açúcar cristal se iniciou na primeira metade do século passado. De acordo com Dantas,

A primeira transformação do engenho de açúcar bruto em meia usina de açúcar cristal foi de iniciativa do dr. Francisco Vieira de Andrade, que também era juiz de Direito da Comarca local. A abertura de estradas de rodagem, construídas sem rigor técnico, mas suficiente para manter um tráfego de veículos leves, foi outra realização do espírito empreendedor do dr. Vieira de Andrade. Na propriedade Proveito, de acidentadas terras de várzea, instalou-se a pequena usina de açúcar, que foi crescendo com a incorporação sucessiva das propriedades que ficam na várzea do rio Japaratuba. (1980, p. 94).

Por causa principalmente da presença de usinas de beneficiamento de açúcar, a primeira metade do século XX foi um período de grande desenvolvimento para a região de Capela. O ramal ferroviário Murta-Capela, que ligou Capela aos municípios servidos pela Viação Férrea Leste Brasileiro, inaugurada em 1915, facilitou o escoamento da produção, contribuindo, dessa forma, para alavancar ainda mais esse desenvolvimento durante grande parte do século XX, sendo impulsionado pelas usinas de beneficiamento de açúcar. De acordo com Judson Augusto Oliveira Malta:

Até a década de 1980, Capela possuía usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, chegando a três, que foram a falência com o passar dos anos e o declínio da produção de açúcar no Brasil. No período do auge da produção de açúcar em Capela, havia riqueza e fama para algumas famílias locais tradicionais e destaque econômico para o município de Capela. (2011, p. 50).

A produção de açúcar em Capela na segunda metade do século XX era realizada principalmente pelas Usinas Santa Clara, Vassouras e Proveito. Uma das principais usinas da região, a Usina Santa Clara, iniciou suas atividades na década de 1950 e contava com uma tecnologia mais moderna em relação às demais. De acordo com a SEMARH-SERGIPE,

A Usina Santa Clara, sob a ótica econômico produtiva, foi uma das mais importantes usinas de Sergipe. Explorou a terra com o cultivo de cana-de-açúcar, voltado para a fabricação de açúcar em sua unidade industrial. No início dos anos 80 iniciou sua decadência em decorrência da disputa pelo controle financeiro da empresa entre os irmãos após o falecimento do patriarca da família. (2011, p. 4).

No ano de 1988, a Usina Santa Clara encerrou suas atividades, o que trouxe um grande prejuízo para a economia do município de Capela, deixando vários trabalhadores desempregados. Na década de 1990, a Usina Vassouras também paralisou suas atividades e passou a fornecer a sua produção de cana-de-açúcar principalmente para a Usina Pinheiros, situada no município de Laranjeiras.

Podemos afirmar que Capela surgiu e se desenvolveu por causa da cultura da cana-de-açúcar na região. A cana-de-açúcar inicialmente era processada nos diversos engenhos que por lá existiam, e, como dito anteriormente, a produção de açúcar em um engenho exigia muita mão de obra. A mão de obra utilizada na produção de cana-de-açúcar no Brasil era a escrava. Portanto, se Capela se destacou pela grande produção de açúcar, foi, conseqüentemente, um local onde viviam vários escravizados, pois a economia canavieira utilizava predominantemente escravos. No ano de 1854, Capela era o segundo município da Província

de Sergipe com maior número de escravos, totalizando 2.060. Na Província de Sergipe, apenas Laranjeiras, com 3.321 escravos, superava Capela.

A escravidão negra no Brasil durou mais de três séculos e meio. Iniciada na primeira metade do século XVI, ela se estendeu até a segunda metade do século XIX. A lei que aboliu a escravidão no Brasil foi sancionada em 13 de maio de 1888, indo de encontro aos interesses dos escravocratas. Essa lei foi fruto principalmente da luta do povo negro pela liberdade.

Em 2 de julho de 1888, após a Abolição da Escravidão no Brasil, o deputado e ex-senhor de escravos Coelho e Campos, figura política de destaque de Capela, explicou o seu posicionamento a favor da lei que aboliu a escravidão. Em seu discurso, Coelho e Campos afirmou:

Não pretendo glória, que não me compete. Fui abolicionista da undécima hora. Votei a lei de 13 de maio; mas, por que votei? Votei, porque não havia outra solução, não havia prazo que vingasse. Votei, porque em geral o que restava era a insubordinação, a perturbação, a desordem no trabalho e por toda parte, e membro do partido da ordem não me era lícito recusar o meu voto a uma lei de ordem.¹⁰

Coelho e Campos, que era um dos beneficiados pelo sistema escravista, deixa claro que não era favorável à abolição da escravatura e que votou a favor da lei que aboliu a escravidão no Brasil porque era a única solução possível para manter a ordem, já que os escravos se rebelavam cada vez mais e grande parte da sociedade brasileira queria o fim da escravidão. Esse discurso demonstra que o deputado foi a favor da lei não por considerar que a liberdade era um direito dos escravos, mas, sim, como forma de acabar com o protesto negro em todo o Brasil. Muitos senhores, como Coelho e Campos, se tornaram abolicionistas de última hora na tentativa de manter os trabalhadores nas fazendas, concedendo alforrias gratuitas às vésperas da abolição, quando a libertação dos escravos era iminente.

Muitos libertos continuaram trabalhando nos engenhos, mas as safras nos anos posteriores à abolição da escravatura na Província de Sergipe, quando comparadas à do ano de 1888, mostram que essa não foi a opção mais comum. “Em 1888 a província exportou 42 toneladas de açúcar, em 1889, 24 toneladas, e no ano seguinte, doze toneladas. Era o não dos libertos à continuação de um passado escravista sob novas formas, selando o fim da era dos banguês” (AMARAL, 2012, p. 337).

Os negros continuaram tendo seus direitos negados mesmo após a Abolição da Escravatura e grande parte deles continuava a servir aos senhores. Permaneceram realizando

¹⁰ Pronunciamento do deputado Coelho e Campos. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 02 de julho de 1888. p. 461.

diversos tipos de trabalho para que seus antigos senhores pudessem continuar lucrando com o negócio do açúcar às custas do trabalho dos negros, que já não eram mais escravos. Eles continuavam a ser explorados e a ter seus direitos negados. A grande maioria, porém, não podia estudar, como afirma Dantas ao narrar como era a vida no Engenho Recurso no início do século XX:

Terminadas as férias, voltava o autor para a escola primária em Capela, enquanto os moleques, seus companheiros de mil reações e brincadeiras, continuavam a carregar água, em latas, para a casa dos pais. Eles não estudavam. Para ser chamadores de bois, ou empregadinhas em casa do senhor, não precisavam saber ler nem escrever. Com o desaparecimento da escravidão, passou-se para a época da servidão, uma forma mais branda de trabalhar e de viver. (1980, p. 85).

Atualmente, a população negra no Brasil, que com seu trabalho vem participando do desenvolvimento do país desde os primeiros anos do século XVI, continua sendo marginalizada, sendo tratada com preconceito e tendo seus direitos negados. Capela também foi construída com o suor do povo negro que foi obrigado a trabalhar nos engenhos da região e contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município desde o início.

Neste capítulo, vimos até agora como Capela surgiu e como a cana-de-açúcar foi, e continua sendo, importante para o município. Agora, abordaremos a principal manifestação cultural do município, a tradicional Festa do Mastro.

2.3 Festa do Mastro de Capela

Assim como em todo o Nordeste brasileiro, os festejos juninos são bastante comemorados no município de Capela. As festas juninas são comemoradas com muito forró, comidas típicas, fogos de artifício e grupos folclóricos. No entanto, a principal festa de Capela é a Festa do Mastro, o maior e mais popular festejo do município. Participam dela, todos os anos, milhares de pessoas de vários lugares do Brasil. Ela acontece atualmente no dia de São Pedro, que é comemorado em 29 de junho, ou no primeiro domingo após essa data quando ocorre no meio da semana.

Essa festa foi introduzida em Capela por quatro irmãos (os irmãos Melo) que participavam da festa do Mastro quando era realizada no município de Salgado. De origem capelense, os irmãos, juntamente com toda a família, foram morar em Salgado no final da década de 1920, quando o pai, que era funcionário público estadual, foi transferido. Em junho de 1939, já de volta à cidade de Capela, os irmãos Melo decidiram realizar nesse município a

festa da qual eles participavam quando moraram em Salgado. Segundo Denilsa Santos e Jizélia Marques Santos,

os irmãos Napoleão, Nelson, Wilson e Anderson de Melo resolveram realizar a Festa do Mastro em seu município, tendo essa acontecido pela primeira vez, em solo capelense, no dia 29 de junho de 1939, com a participação da família e de alguns amigos que ajudaram na realização da brincadeira. (2014, p. 17).

A ideia de realizar a festa foi de Napoleão Francisco de Melo, que convidou seus irmãos, Nelson Francisco de Melo, Anderson Francisco de Melo e Wilson Francisco de Melo, para organizá-la. Naquele ano, a festa contou com a participação de familiares e de algumas outras pessoas da cidade, sendo que as despesas ficaram por conta dos quatro irmãos. A Festa do Mastro, que continuou a ser realizada nos anos seguintes no dia de São Pedro, aos poucos foi crescendo e conquistando novos adeptos. Novos eventos foram sendo incorporados à festa, fazendo com que ela caísse cada vez mais no gosto popular. Um dos mais importantes folguedos que compõem a Festa do Mastro de Capela, o Folgado da Baiana, foi criado

Em 1940, com o objetivo de arrecadar prêmios pela cidade para serem colocados no Mastro, uma brincadeira foi realizada na véspera do dia de São Pedro. Um homem vestido de baiana, com um cesto na cabeça, saiu pelas ruas pedindo brindes, para serem pendurados na árvore. (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 41).

Além do Folgado da Baiana, uma outra forma que os organizadores encontraram para buscar ajuda para a realização da festa foi a instituição de uma lista com o objetivo de arrecadar dinheiro para ajudar nas despesas. Essa lista circulava entre os moradores da cidade que tinham condições financeiras, aumentando o número de colaboradores.

Em 1950, mais um evento passou a fazer parte da festa. Desta vez foi o Casamento da Viúva, que foi criado por Ary Cabral Vieira e Carlos Campos e passou a ser realizado na tarde do dia de São Pedro. Como já era praticado o Casamento Caipira na cidade no dia de São João, eles tiveram a ideia de criar o Casamento da Viúva, que usava sempre uma roupa preta.

Um dos folguedos mais importantes da Festa do Mastro é a Sarandaia. Também criada por Ary Cabral Vieira em 1960, é o rito que abre as comemorações dos festejos juninos em Capela. Para criar a Sarandaia, Ary Cabral Vieira se inspirou em uma festa parecida em Japarutuba.

Antes da década de 1960, a festa não contava com a contribuição financeira do poder público, quando, na administração do prefeito Manoel Cardoso Souza, que, em seu primeiro mandato como prefeito, governou Capela de 1967 a 1971, a prefeitura começou a colaborar

com os gastos do evento. Foi também na década de 1960 que surgiu a brincadeira de jogar lama nas pessoas e junto com ela a brincadeira de rasgar a camisa dos homens. “Antes da introdução dessa brincadeira, os participantes da Busca do Mastro se sujavam porque o caminho que era feito até a mata era de terra e, no mês de junho, com as chuvas, tornava-se enlameado.” (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 69).

Mesmo com a contribuição da prefeitura, a festa continuou a ser organizada por uma comissão liderada pela Família Melo. Porém, a partir de 1983, já no segundo mandato de Manoel Cardoso Souza (1977-1983), a prefeitura tomou para si a tarefa de instituir a comissão organizadora e passou a controlar a festa.

Em 1989, na gestão do prefeito Manoel Cardoso Souza Filho (1989-1992), ocorreu a mudança da Busca do Mastro para o final de semana. Isso aconteceu para garantir que mais pessoas tivessem a oportunidade de participar porque

Quando o dia 29 caía no meio da semana muita gente não participava por falta de tempo e assim o prefeito buscou garantir a participação das pessoas, bem como capelenses, que vivem e trabalham fora do município. No início a ideia foi recebida com algumas ressalvas, principalmente por parte de pessoas que sempre estiveram à frente da Festa, mas a comissão organizadora avaliou e junto ao prefeito resolveram transferi-la e logo, logo, os resultados puderam ser notados. (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 93-94).

Outras ações importantes foram realizadas nesse período, como a criação do concurso para a escolha da Rainha do São Pedro, a mudança do dia da Marcação do Mastro, que passou a ser realizada sempre no feriado de Corpus Christi, pois poderia atrair mais público por ser feriado. A Marcação do Mastro consiste na ida até a mata para escolher a árvore que é cortada e carregada pelos brincantes no dia da festa.

A prefeitura passou também a realizar shows musicais com artistas renomados durante os festejos juninos a partir de 1989. Em 1990, foram contratadas diversas atrações musicais: “Sarajane, Dominginhos e Jorge de Altinho, marcaram presença no palco. As atrações sergipanas foram: Amorosa, Chico Queiroga, Irineu Fontes, Adalvenon e sua banda, Roberto Alves, Banda Santa Rosa, Banda Seres do Palco, etc.” (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 102).

Aurelina de Melo Sobral, que governou Capela de 1993 a 1996, buscou parcerias no setor privado e também do Governo do Estado através da EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), investindo mais na Festa do Mastro. Nesse período, também foi criada a Missa do Fogueteiro, tendo sido realizada pela primeira vez no ano de 1993.

Na administração de Aurelina de Melo Sobral, foi contratada uma empresa para organizar a festa. Os capelenses voltaram a organizá-la em 1997, já na segunda gestão de

Manoel Cardoso Souza filho (1997-2000), que voltou a nomear a comissão que cuidava dos preparativos da festa.

Na administração de Manoel Messias Sukita Santos, que foi prefeito de Capela de 2005 a 2012, a Busca do Mastro que era realizada ao som da Banda de Pífanos passou a contar também com a presença de um trio elétrico e uma banda, passando a atrair milhares de pessoas para o cortejo.

Dos eventos da Festa o que teve maior ênfase nessa gestão foram os shows realizados na praça, pois até o número de dias aumentou e com certeza o investimento também, custando a Festa alguns milhões aos cofres públicos (em 2011, por exemplo, a Festa custou mais de 4 milhões). Em 2010, foram 4 dias de shows e em 2011 cinco. (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 149).

Atualmente, a Festa do Mastro está consolidada e atrai todos os anos milhares de pessoas de todo o Brasil para o município de Capela.

Em 2018, a Prefeitura Municipal sancionou a Lei nº 510/2018, de 15 de agosto de 2018, que criou o Memorial Municipal Festa do Mastro com os seguintes objetivos:

- Preservar, promover e divulgar a cultura histórica do município de Capela;
- Implantar equipamentos aptos a gerenciar o conjunto de documentos históricos do Memorial;
- Arquivar e preservar os documentos integrantes do Memorial;
- Disponibilizar ao público em geral, estudantes e pesquisadores as informações organizadas nos diversos conjuntos documentais do Memorial, com a devida orientação aos consulentes;
- Salvaguarda do referido acervo.

A referida lei determina ainda que o Memorial deve funcionar preferencialmente no prédio do antigo Cinema, na rua Coelho e Campos, nº 1187, no Centro da cidade, local destinado à exposição de documentos e visitas públicas.

A Festa do Mastro de Capela foi transformada em patrimônio cultural do município através da Lei nº 557/2019, de 18 de outubro de 2019, que foi sancionada pela prefeita Silvano Yanina Mamlak. A Festa do Mastro de Capela também foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe através da Lei nº 94/2021, de 27 de abril de 2021.

Depois de acontecer por vários anos seguidos, a festa não ocorreu nos anos de 2020 e 2021 por causa da pandemia do novo coronavírus.

Descrevemos em poucas páginas a história da tradicional Festa do Mastro de Capela, porém não é possível demonstrar com palavras a importância dela para o povo capelense. Trata-se de uma festa muito importante para a economia e a cultura do município.

Como visto, a retirada do mastro para a festa acontece na Mata do Junco. Trataremos agora dessa reserva de Mata Atlântica, demonstrando a sua importância para a população capelense.

2.4 O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco e o Assentamento José Emídio dos Santos (Santa Clara)

O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco é uma reserva de Mata Atlântica localizada em Capela. O RVS Mata do Junco foi criado no ano de 2007 pelo Governo de Sergipe, através do Decreto nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007. A unidade foi criada para atender a necessidade de preservação da flora e da fauna, principalmente do macaco guigó, cujo nome científico é *Callicebus coimbrai*, que é uma espécie ameaçada de extinção. Essa espécie só é encontrada no estado de Sergipe e no Norte da Bahia. De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), pesquisas científicas constataram, além da presença do macaco guigó, a existência na área da Mata do Junco de diversas espécies animais e vegetais, entre elas 19 mamíferos, 14 anfíbios, 9 répteis, 114 plantas arbóreas, excluindo as gramíneas, bromélias e epífitas e 93 espécies de árvores. Entre os vários tipos de árvores existentes na reserva, podemos destacar o murici (*Birsonina spp.*), a pindaíba (*Xylopia aromática*) e o ingazeiro (*Lonchocarpus sericeus*), além de outras que são encontradas em grande quantidade. Há também outras que são difíceis de ser encontradas, como a massaranduba (*Nectandra cissiflora*), o pau-pombo (*Tapirira guianensis*) e a paraíba (*Simarauba versicolor*).

Os mamíferos encontrados no Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco e nos arredores estão elencados no quadro a seguir.

Quadro 2. Mamíferos da Mata do Junco e adjacências

TÁXON	NOME POPULAR
<i>Didelphis albiventris</i>	gambá-de-orelha-branca
<i>Marmosops incanus</i>	cuíca, marmosa
<i>Dasyopus novecinctus</i>	tatu-galinha
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba

<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim
<i>Callicebus coimbrai</i>	guigó-de-Sergipe
<i>Callithrix jacchus</i>	sagui
<i>Saccptery billineata</i>	morcego
<i>Desmodus roundus</i>	morcego-vampiro
<i>Carollia perspicilata</i>	morcego
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	morcego
<i>Micronycteris megalotis</i>	morcego
<i>Leopardus pardalis</i>	jaguatirica
<i>Puma yagouaroundi</i>	gato-mourisco
<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-do-mato
<i>Potos flavus</i>	jupará
<i>Procyon cancrivorus</i>	mão-pelada
<i>Mazama americana</i>	veado-mateiro
<i>Mazama gouazoubira</i>	veado-catingueiro
<i>Sciurus sp.</i>	esquilo
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	capivara

Fonte: SEMARH-SERGIPE (2011).

Outra finalidade da criação do RVS Mata do Junco foi a conservação dos importantes mananciais de água potável que existem dentro da mata e abastecem o município de Capela.

O plano de manejo do RVS Mata do Junco, elaborado em 2011 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH), a partir de estudos técnicos da área de Mata Atlântica e com a participação da comunidade local, deixa claro que:

A criação do RVS Mata do Junco contempla os anseios da comunidade da região de capela de preservar um remanescente de mata Atlântica do Estado de Sergipe, com a presença de espécies ameaçadas de extinção ou de distribuição restrita e as nascentes do Riacho Lagartixo, que auxiliam o abastecimento municipal de água, possibilitando a realização de atividades de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo e visitação pública sujeitas a restrições previstas no seu plano de manejo. (SEMARH-SERGIPE, 2011, p. 2).

O rio Lagartixo, cuja nascente se encontra na Mata do Junco, constitui-se uma importante fonte de abastecimento da bacia do Japarutuba. O rio Lagartixo é muito importante para o município de Capela, pois é desse rio que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma fundação administrada pela Prefeitura Municipal de Capela, retira a água que

abastece grande parte dos moradores do município. Segundo Santos (2007), o rio em questão possui muitas nascentes, e 24 delas estão identificadas e distribuídas em 510 km de área. Algumas dessas nascentes estão sendo extintas por causa da degradação causada principalmente pelo desmatamento e pelas queimadas.

O rio Lagartixo é um afluente da margem direita do rio Japaratuba, que é o principal rio dessa bacia. O rio Japaratuba nasce na Serra da Boa Vista, na divisa entre os municípios sergipanos de Graccho Cardoso e Feira Nova, a uma altitude de 250 metros, percorre cerca de 82 quilômetros, atravessando 15 municípios, entre eles Capela, e deságua no oceano Atlântico entre Pirambu e Barra dos Coqueiros. Além do Lagartixo, seus principais afluentes são o Japaratuba Mirim, Siriri, Cancelo e Riacho do Prata.

Principalmente nos municípios de Capela e Japaratuba, a bacia possui uma larga planície aluvial, onde se desenvolve o cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com a SEMARH-SERGIPE,

A exploração significativa em termos econômicos para a bacia hidrográfica e especialmente para o Estado é o potencial mineral explorado a exemplo do: petróleo, gás natural, sal gema, potássio, calcário, magnésio, turfa e areia, além da irrigação e expansão da cultura da cana-de-açúcar, também o turismo e lazer, pesca e abastecimento humano e animal. (2011, p. 23).

A RVS Mata do Junco é a segunda maior reserva de Mata Atlântica do estado de Sergipe, com 1.500 hectares, e, desses, 920 estão localizados no assentamento Santa Clara. A Fazenda Santa Clara era uma propriedade com 4.250 hectares que cultivava cana-de-açúcar para a fabricação do açúcar. A usina paralisou as atividades em 1991 por causa de disputas decorrentes do inventário após a morte de seu proprietário, tornando a área ociosa. Por conta de várias dívidas, a fazenda chegou a ir a leilão em 1993, porém o preço mínimo estabelecido não foi atingido.

Em 1993, Aurelina de Melo Sobral, prefeita de Capela, solicitou, junto ao governo do estado, a aquisição da fazenda a fim de promover o assentamento de trabalhadores rurais. A Secretaria de Estado da Irrigação e Ação Fundiária acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que constatou, após vistoria, que a área era propícia para a reforma agrária. No dia 28 de novembro de 1995, cerca de 800 trabalhadores rurais, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ocuparam a Fazenda Santa Clara. De acordo com Mário Jorge Silva Santos:

Após longo período de lutas e estabelecimentos de novas territorialidades, em 24 de junho de 1996, é publicado o decreto da presidência da República de desapropriação da Fazenda para fins de reforma agrária, e em fevereiro de 2006 é emitido o título de posse da terra em favor dos assentados já estabelecidos. (2007, p. 102).

Depois da transformação da fazenda em assentamento rural, a parte correspondente à Mata do Junco (aproximadamente 920 hectares) foi destinada à reserva legal e incorporada ao RVS.

O assentamento José Emídio dos Santos está localizado na área correspondente à antiga Fazenda Santa Clara. Ele recebeu esse nome em homenagem ao trabalhador rural que foi assassinado durante o período de luta pela conquista da terra, pois “no período de 96 a 97 as tensões na área foram agravadas, culminando no assassinato do trabalhador rural acampado José Emídio dos Santos, sendo o primeiro morto nas lutas no campo implementadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Sergipe.” (SEMARH-SERGIPE, 2011, p. 6).

As famílias que receberam a posse da terra eram formadas em sua maioria por ex-cortadores de cana que estavam desempregados por conta do declínio da produção de açúcar na região. Esses assentados, além de Capela, eram oriundos principalmente dos municípios de Nossa Senhora das Dores, Propriá, Japaratuba, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas. Para uma melhor organização do assentamento, foram criadas agrovilas com o intuito de facilitar a instalação da infraestrutura necessária para o empreendimento, sendo ele voltado inicialmente para a produção de alimentos através da agricultura familiar. Entre os principais produtos cultivados estão mandioca, milho e feijão. O assentamento possui 3.170 hectares de terra, que foram distribuídos igualmente entre as famílias assentadas.

Desse total, 1.781,8 há (5.880 tarefas de terra, 20 tarefas de lote rural e 1 tarefa de lote urbano para cada assentado) são destinados ao plantio. O restante se constitui, segundo o coordenador do assentamento, em APP e Reserva Legal. O assentamento está distribuído em 8 agrovilas pulverizadas: Chapada do Aparecido, Santo Antônio, Campinhos, Boa Vista, Cantagalo, Eucalipto, sede e Analiço Barros (Miranda). (SEMARH-SERGIPE, 2011, p. 6).

O assentamento é muito importante para a economia do município, pois proporcionou aos trabalhadores desempregados por conta do declínio da produção de cana-de-açúcar a oportunidade de permanecerem trabalhando no meio rural. Além do mais, os produtos cultivados abastecem a sede do município, principalmente na feira que é realizada semanalmente às segundas-feiras.

2.5 As Comunidades Quilombolas de Capela

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece o direito das comunidades quilombolas à regularização fundiária.

O Decreto nº 4.487, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das comunidades quilombolas, considera como tal os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com tradição histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Para que uma comunidade seja considerada quilombola, é preciso que haja a autodefinição da própria comunidade. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas as utilizadas para sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O Decreto nº 4.487/2003 estabelece ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal responsável pela titulação das terras quilombolas com competência concorrente do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. Para esse fim, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), reunindo informações como o tamanho da área e o cadastro das famílias que fazem parte da comunidade e, também, a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola.

No município de Capela, estão localizadas três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): Pirangi, Santa Galo e Terra Dura e Coqueiral.

Quadro 3. Comunidades quilombolas de Capela

Comunidade	Nº do processo na FCP	Etapa atual do processo FCP	Nº da Portaria	Nº do processo no INCRA
Fazenda Pirangi	01420.000557/2006-66	Certificada	29/2006	54370.000321/2007-18
Terra Dura e Coqueiral	01420.000553/2011-45	Certificada	28/2011	54370.000474/2011-33
Santa Galo	01420.007670/2011-30	Certificada	181/2011	54370.001341/2011-84

Fonte: Fundação Cultural Palmares.

Vale ressaltar que Capela possuía vários engenhos que eram sustentados pela mão de obra escrava. Após a Abolição da Escravatura, muitos ex-escravos passaram a morar em locais próximos aos engenhos ou permaneceram neles, trabalhando para seus antigos senhores.

Quando os engenhos deram lugar as usinas de açúcar, muitos descendentes dos escravizados passaram a trabalhar como assalariados ou como fornecedores de cana-de-açúcar, a matéria prima. Ao longo desse período de insegurança, os trabalhadores rurais – sem-terra própria e dependendo da oferta sazonal de trabalho nas usinas – migravam em busca de oportunidades para conseguir meios para suas famílias sobreviverem. Moravam em povoados próximos ou foram morar na periferia da sede do município. (FRIZERO, 2016, p. 2).

Uma das comunidades quilombolas do município de Capela, a comunidade quilombola Pirangi, é formada por mais de 40 famílias que utilizam a terra como meio de sobrevivência. Sua área total é de aproximadamente 128 hectares, sendo que 71 hectares foram titulados pelo INCRA em 5 de dezembro de 2013, depois de muita luta dos trabalhadores.

Diante do quadro de desemprego gerado pelo fechamento de usinas de açúcar da região durante a década de 1980, os trabalhadores procuraram alternativas para garantir a subsistência. A alternativa encontrada por alguns trabalhadores, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela e da Delegacia do Ministério da Agricultura em Sergipe, foi ocupar uma fazenda da região. A Fazenda Pirangi “foi escolhida por estar abandonada e guardar relações com o passado de muitos dos trabalhadores negros que a pleitearam.” (FRIZERO, 2016, p. 7).

A busca pelo reconhecimento da comunidade quilombola se deu a partir da década de 1990, quando alguns afrodescendentes que formavam uma Associação agrícola a fim de lutar pelo direito à terra resolveram lutar pelo reconhecimento do território enquanto uma comunidade quilombola e mudaram o nome de Associação agrícola para Comunidade Quilombola Pirangi. A Fazenda Pirangi ficou abandonada por muito tempo e pertencia ao Ministério da Agricultura, tendo sido originada do Engenho Saco da Lagoa. A fazenda foi adquirida pelo município de Capela em 1948 e em 1970 foi doada ao Ministério da Agricultura.

A Comunidade Quilombola Pirangi foi certificada em 13 de dezembro de 2006 e teve parte do território titulada pelo INCRA em 5 de dezembro de 2013.

A maioria das atuais famílias do Quilombo de Pirangi descende de escravizados de dois antigos engenhos de Capela, localizados próximos um ao outro: O Engenho Saco da Lagoa (parte do qual passou a se chamar Fazenda Pirangi) e o Engenho Saco do Rio (que passou a se chamar Fazenda Palmeira). Nessas atuais fazendas ainda é

possível ver as ruínas das senzalas usadas na época da escravidão. (FRIZERO, 2016, p. 4).

A maior parte das famílias que possuem áreas de cultivo na comunidade quilombola não mora na fazenda, mas, sim, no Povoado Igrejinha e na sede do município. Homens, mulheres e crianças trabalham juntos no cultivo da terra e plantam principalmente feijão, banana, cana-de-açúcar e mandioca. Os quilombolas comercializam seus produtos principalmente na feira da cidade.

Outra comunidade quilombola do município é Terra Dura e Coqueiral. “A existência do território do Quilombo Terra Dura e Coqueiral remonta ao século XIX, quando os ex-escravos que trabalhavam na fazenda Coqueiral, passaram a ocupar as terras que beiravam a fazenda.” (SANTOS, 2020, p. 125).

A Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral foi certificada através da Portaria nº 28/2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 10 de fevereiro de 2011, e o processo de elaboração do RTID, a fim de obter a titulação, encontra-se no INCRA, na Superintendência Regional de Sergipe, não tendo sido ainda finalizado.

Em 3 de outubro de 2011, os quilombolas, através da Associação Comunitária, contendo 108 assinaturas, solicitaram, sob o argumento da condição de miséria das famílias, na Superintendência Regional-23 o início dos estudos técnicos para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) que ocorreu em 15 de março de 2012 [...]. (SANTOS, 2020, p. 138).

Cerca de duzentas famílias fazem parte da comunidade atualmente. A maioria trabalha com atividades agrícolas e pecuária em suas terras. Os moradores da comunidade plantam principalmente macaxeira, milho, verduras e batata-doce para o sustento familiar, sendo que o excedente é comercializado na própria comunidade e nas feiras livres como a de Capela e Japarutuba. Os quilombolas se dedicam também à criação de animais, com destaque para os bovinos, suínos, ovinos e galináceos. Alguns trabalham no corte de cana na Usina Taquari.

A Lei nº 557/2019, de 18 de outubro de 2019, declarou como Patrimônio Cultural e Histórico do município as comunidades quilombolas Canta Galo, Pirangi e Terra Dura e Coqueiral.

2.6 Lampião em Capela

Um dos episódios marcantes da história de Capela foi a chegada de Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, a esse município. A primeira passagem de Lampião

por Capela é narrada com detalhes por Zózimo Lima em uma crônica publicada no jornal *Correio de Aracaju* em 29 de novembro de 1929. Zózimo Lima foi testemunha desse acontecimento, pois, nessa época, trabalhava como funcionário dos telégrafos em Capela.

O Cangaço foi um movimento que surgiu no Nordeste brasileiro na segunda metade do século XIX, mas seu auge ocorreu no início do século XX. Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, foi o mais famoso cangaceiro do Nordeste brasileiro. Ele atuou no cangaço de 1916 até 1938, ano de sua morte, tendo percorrido vários estados do Nordeste do país. Com seu bando ele penetrou em terras capelenses por duas vezes.

A primeira vez que Capela foi invadida por Lampião e seu bando foi no dia 25 de novembro de 1929. Nessa data, por volta das 19 horas e 40 minutos, o intendente do município, Antônio Corrêa, foi surpreendido com a presença do comerciante do município de Nossa Senhora das Dores, Otacílio Azevedo, que trazia um recado de Lampião. O temido cangaceiro exigia a presença do prefeito na entrada da cidade.

Otacílio teria sido obrigado a transportar Lampião e seu bando, juntamente com mais três moradores de Dores em seus respectivos automóveis, para o município de Capela. De acordo com Lima:

Às 19 h 40 min, à casa do coronel Antônio Corrêa, intendente local, justamente quando este distinto cavalheiro acabava de jantar com sua família, apareceu, de automóvel, o senhor Otacílio Azevedo, negociante em Dores. Vinha procurar o jovem prefeito para uma conferência. Tinha por fim esta, lhe dar conhecimento de que Lampião e o seu grupo, em número de dez ao todo, exigiam a sua presença no lugar denominado Sobradinho, à entrada da cidade, onde todos se encontravam parados por se ter furado uma câmara de ar do carro que conduzia o audacioso bando. (2003, p. 27).

O coronel Antônio Corrêa foi encontrar Lampião, que lhe disse que desejava entrar na cidade em busca de dinheiro e com a promessa de não cometer depredações. O prefeito concordou e entrou na cidade junto com Lampião. O prefeito resolveu não enfrentar Lampião porque Capela contava no momento somente com quatro soldados e com pouca munição, já que os outros soldados tinham seguido com o tenente Elesbão de Brito para o sertão dois dias antes.

Ao entrar na cidade, Lampião tomou o telefone e em seguida foi à procura do telegrafista, que estava no cinema municipal. O telegrafista foi chamado pelo prefeito para ser apresentado a Lampião. O telegrafista era justamente Zózimo Lima, que afirma que logo o cinema foi invadido, causando o maior pânico.

O povo, apavorado, não se mexeu mais. O operador em dois minutos quebrou mais de 30 metros de fita. A música perdeu o compasso e os instrumentos começaram a engasgar. Um grupo quis sair mais Moderno, cunhado e secretário de Lampião, gritou – “se saírem eu dou um tiro para verem como a coisa é boa”. Logo aí Lampião ordenou ao telegrafista que não fosse mais à repartição sob pena de responsabilidade. Mandou logo quatro companheiros esperar o trem, que chegaria às 21 horas. (LIMA, 2003, p. 28).

Lampião queria dinheiro, mas, como acordado com o prefeito, não saqueou a cidade. Exigiu a quantia de 20 contos. O prefeito ponderou que, devido aos três anos de seca que assolava a região, não seria possível conseguir essa quantia, e Lampião respondeu que queria pelo menos 6 contos. O delegado de polícia, major Pedro Rocha, ficou responsável por arrecadar a quantia com os usineiros e os comerciantes. Conseguiu pouco mais de 5 contos e entregou a Lampião. “E daí em diante, pela noite adentro, as ruas em desusado movimento, Lampião e seu bando percorriam as praças em seus automóveis, espalhando-se pelas ruas frequentadas pelo meretrício, entrando em casas de bebidas, para constantes libações” (LIMA, 2003, p. 28-29).

Por volta das 3 horas da manhã, Lampião reuniu seus companheiros e se retirou da cidade, seguindo para o Povoado Pedras e logo depois indo em direção ao município vizinho, Aquidabã. Na manhã do dia 30 de novembro, a polícia de Aracaju chegou a Capela e seguiu atrás do bando de Lampião, pois ele não se encontrava mais na cidade.

No ano de 1930, Lampião voltou ao município de Capela, mas, desta vez, mostrou o seu lado mais violento. Chegou à fazenda de Félix da Mota Cabral, que era irmão do vigário de Capela, José da Mota Cabral, no dia 15 de outubro de 1930. Nessa fazenda, os cangaceiros roubaram os cavalos de alguns marchantes que estavam comprando gado. Depois, uma parte do bando seguiu para a Fazenda Lavagem e a outra parte, na qual Lampião estava incluído, foi para o Engenho Tabocal, levando junto Félix da Mota Cabral. Nesse engenho, os cangaceiros agrediram os moradores e roubaram dinheiro. As cenas de violência se repetiram na Fazenda Pedras e no Engenho Recurso. Lampião pretendia entrar na cidade como fizera no ano anterior. Chegando próximo à cidade, mandou um mensageiro para informar às autoridades que queria entrar na cidade de forma pacífica.

Ao ter conhecimento do que estava ocorrendo, o povo ficou desesperado. Porém, as coisas não ocorreram da forma como Lampião esperava, como se deu na sua última passagem por Capela. Dois soldados se encarregaram de resistir desde que tivessem o apoio dos civis. O major Honorino Leal e o comerciante Josias Mota mandaram chamar os homens que tivessem arma em casa para defender a cidade e mandaram dizer a Lampião que, se entrasse, seria recebido à bala.

Temendo o pior, Félix Cabral se ofereceu para ir falar com as autoridades locais: o intendente, o delegado e o padre. Foi autorizado por Lampião após dar sua palavra de que voltaria, mas não foi possível cumpri-la porque, ao chegar à cidade, foi impedido de voltar e foi acusado de ser coiteiro do cangaceiro. Após esperar algum tempo, ao ver que Félix Cabral não voltava, Lampião decidiu invadir a cidade, porém encontrou um povo armado e decidido a lutar para defender seu território.

Além dos tiros vindos da cidade, vinham também tiros da retaguarda, como se os moradores pretendessem cercar o bando. Atiraram até da torre da igreja. Os cangaceiros espalharam-se em quatro grupos e começaram a atirar também. Seus alvos principais eram o fundo da casa de Antônio Correia e o oitão da casa do médico Odilon Machado. (LIMA IRMÃO, 2018, p. 365).

Percebendo que não teria êxito, com dois cangaceiros feridos Lampião se retirou de Capela em direção ao município de Nossa Senhora das Dores para a alegria dos moradores de Capela.

O cangaceiro, juntamente com seu bando, continuou suas andanças pelo Nordeste e nunca mais voltou ao município de Capela. Sua caminhada teve fim na madrugada do dia 28 de julho de 1938, quando foi surpreendido pela volante liderada pelo tenente João Bezerra na Grota do Angico, que na época fazia parte do município de Porto da Folha e hoje faz parte do município de Poço Redondo. Lampião e os outros cangaceiros que com ele estavam foram mortos a tiros.

As passagens de Lampião por Capela permanecem vivas na memória do povo. Trataremos a seguir de um assunto não muito presente na memória do povo capelense, mas que é muito relevante, a participação de uma enfermeira capelense na Segunda Guerra Mundial.

2.7 Uma Capelense na Segunda Guerra Mundial

Dentre várias mulheres capelenses que poderiam ter sua história contada neste trabalho, a escolhida foi Lenalda Lima Campos. Um dos principais motivos para essa escolha foi sua relação com a Segunda Guerra mundial e a possibilidade de estudá-la de forma a relacioná-la a essa temática em sala de aula.

O dia 26 de agosto de 1945 foi um dia especial para os capelenses. Nesse dia, a cidade estava em festa para receber Lenalda Campos. Mas, afinal, quem era Lenalda Campos e qual o motivo das homenagens recebidas por ela nesse dia em Capela?

Filha de Adroaldo Campos e Lealda Lima Campos, Lenalda Lima Campos nasceu em 9 de março de 1922. Tendo estudado inicialmente no Colégio Imaculada Conceição em Capela, foi terminar seus estudos em Aracaju. Trabalhou em 1940 no Departamento de Saúde do Estado de Sergipe, indo depois para o estado de São Paulo, onde estudou no Colégio Mackenzie.

Lenalda Campos fez parte do grupo de enfermeiras, vinculadas ao exército, que fizeram parte da FEB (Força Expedicionária Brasileira), participando, dessa forma, da Segunda Guerra Mundial. Para participar da Guerra, ela se inscreveu voluntariamente e foi selecionada para fazer treinamentos e se preparar para a função que iria exercer durante o conflito.

Segundo Santos (2018), pesaram muito na decisão de Lenalda Campos em se alistar para trabalhar como enfermeira na Guerra os torpedeamentos ocorridos na costa brasileira, especialmente em Sergipe, de navios da marinha mercante brasileira. Esse fato contribuiu para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Andreza Maynard:

Entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942 o submarino alemão U-507, comandado pelo capitão de corveta Harro Schach, realizou “manobras livres” na costa brasileira, ocasionando a morte de centenas de pessoas. Cinco embarcações levavam 837 pessoas a bordo, quando foram encontradas e atacadas pelo U-507. Em decorrência do afundamento do Baependy, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará, 652 pessoas morreram. (2013, p. 45).

Dessas embarcações, três naufragaram na costa sergipana: Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo.

Para participar da Guerra, Lenalda Campos, juntamente com outras voluntárias, fizeram um curso para se tornarem membros do corpo de enfermeiras da FEB. Ela fez também o Curso de Especialização de Enfermagem em Transporte Aéreo, curso esse que foi feito na Base Aérea de Parnamirim, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Sobre a participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o papel de destaque ocupado pela enfermeira capelense Lenalda Campos, Denilsa Santos afirma:

Ao todo, participaram da Segunda Guerra Mundial 73 enfermeiras, sendo que 67 delas trabalharam em hospitais e apenas 6 participaram de um quadro muito especializado. Elas foram treinadas no transporte aéreo de passageiros feridos e dentre essas seis, três eram sergipanas: Joana Simões, Izabel Novaes e a capelense Lenalda Lima Campos que no período tinha apenas 22 anos. (2018, p. 152).

Como podemos notar, foram poucas as enfermeiras selecionadas, e Lenalda Campos ocupou um papel de destaque entre elas. Seu trabalho, e o de suas cinco companheiras, consistia em prestar assistência durante os voos aos feridos que eram trazidos de volta para o Brasil em

aviões da Força Expedicionária Brasileira durante o período em que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial foi o maior confronto armado já ocorrido no mundo, atingindo grandes proporções, com aproximadamente 70 milhões de mortos. O conflito se iniciou na Europa e se espalhou pelo mundo, tendo começado em setembro de 1939 com a invasão da Polônia pelo exército alemão e terminando em 1945. A participação do Brasil no conflito armado se deu a partir do ano de 1944, quando foram enviadas tropas para lutar ao lado dos Aliados no Norte da Itália.

De acordo com Santos (2018), após desempenhar com bravura sua função de enfermeira durante o período da Guerra, Lenalda Campos retornou à sua terra natal com o merecido reconhecimento por parte das autoridades e do povo sergipano. Ela chegou a Sergipe no dia 18 de agosto de 1945 e foi recepcionada com uma grande festa em Aracaju, na Praça Fausto Cardoso, onde uma multidão a aguardava. Várias pessoas fizeram discursos em sua homenagem. Segundo Santos (2018), uma das pessoas a discursar foi a professora Lêda Regis, que enfatizou o papel da mulher na guerra.

A própria Lenalda Campos também discursou na Praça Fausto Cardoso. De acordo com o jornal *Correio de Aracaju*, em seu discurso ela afirmou:

Brasileiros e brasileiras: quem viu com os próprios olhos crianças, mulheres e idosos reduzidos a pele e ossos, famintos e quase desnudos, andando ao léu dormindo ao relento e o que é pior, se alimentando do que encontravam como cães – quem os viu assim – cometerá um crime de [...] humanidade se ao primeiro contato com sua gente não fizer o apelo que eu vos faço, nesse momento inesquecível da minha vida: odiai para todo o sempre, com aquele ódio que enaltece e dignifica, os selvagens e desalmados NAZI-FASCISTAS desta ou daquela cor.¹¹

No dia 26 de agosto, foi a vez dos capelenses de receberem sua conterrânea. Várias pessoas foram até a Praça 15 de Novembro, que hoje se chama Praça Manoel Cardoso Souza, para prestigiar a enfermeira. Assim como em Aracaju, várias pessoas fizeram discursos em homenagem a ela.

As homenagens continuaram durante todo o dia. À tarde no “Cine Teatro” aconteceu outra cerimônia para presentear a enfermeira do ar, e à noite teve um baile no salão da Prefeitura, oferecido também pelo prefeito. O salão ficou lotado de capelenses que queriam mostrar o quanto se sentiam felizes e orgulhosos pelos laços conterrâneos que os unia a essa brava capelense, e sobretudo, por fazer parte daquele momento histórico da Rainha dos Tabuleiros. (SANTOS, 2018, p. 162-163).

¹¹ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.983. Aracaju, 21 de agosto de 1945. p. 2. apud: OLIVEIRA, 2017, p. 52.

Lenalda Campos e as colegas haviam sido dispensadas do Exército brasileiro logo após o término da Guerra. Continuaram lutando, mas a luta passou a ser pela readmissão junto ao Exército brasileiro. Foram readmitidas e passaram a fazer parte da ativa somente em 1957, depois da aprovação do Projeto de Lei nº 3.160, que foi sancionado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. A lei “inclui no Serviço de Saúde do Exército, no posto de 2º tenente, as enfermeiras que integraram a Fôrça Expedicionária Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.”¹²

A enfermeira capelense Lenalda Campos continuou desempenhando seu trabalho como enfermeira no Exército brasileiro por muitos anos. Ela morreu em janeiro de 2005 no Rio de Janeiro, onde residia.

Consideramos que histórias como a de Lenalda Campos e sua participação na Guerra, assim como os demais temas abordados neste trabalho, são muito importantes e precisam ser utilizados em sala de aula, mostrando, desse modo, o valor da história local. No próximo capítulo, os temas até aqui tratados serão retomados na cartilha.

¹² Lei nº 3160/57. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3160-1-junho-1957-355300-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1º fev. 2020.

CAPÍTULO 3 A CARTILHA SOBRE A HISTÓRIA DE CAPELA

Neste capítulo, apresentamos a cartilha e mostramos como ela pode ser utilizada em sala de aula e de que forma pode contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Para compor a cartilha, fizemos uso dos temas referentes à história do município abordados no capítulo anterior.

Capela, sua História



Imagem 1. Estátua de Nossa Senhora da Purificação, padroeira do município de Capela, localizada na Praça Odília Fausto do Sacramento
Fotografia do autor (outubro/2020).



Imagem 2. Entrada principal do RVS Mata do Junco
Fotografia do autor (novembro/2020).

Apresentação

Esta cartilha é fruto do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A cartilha foi produzida com o objetivo de fornecer aos professores e alunos dos anos finais do Ensino Fundamental um material didático que possa facilitar o trabalho com a história local, contribuindo, dessa forma, com o processo de ensino-aprendizagem sobre a história do entorno dos estudantes.

Para a construção da cartilha, pesquisamos e selecionamos, inicialmente, os conteúdos que estão presentes nela, assim como as imagens utilizadas. Pensamos também em algumas atividades que são sugeridas e podem ser desenvolvidas pelos alunos, caso o professor queira. A cartilha foi desenvolvida com base nas temáticas já pesquisadas e abordadas no capítulo anterior.

Consideramos essencial começar esta cartilha contando sobre a origem do município. É muito importante também falar sobre a economia da cidade. No caso de Capela, é sabido que a cana-de-açúcar teve papel fundamental para o surgimento do município e ainda hoje é um dos destaques da economia.

A cultura do município é outro tema que merece ser tratado na cartilha. Capela possui muita diversidade cultural, porém o maior símbolo da cultura capelense é a Festa do Mastro, por isso consideramos que ela não poderia ficar de fora deste trabalho.

Também é importante trabalhar a questão do patrimônio, inclusive o natural, por isso tratamos da Mata do Junco, que, como dito anteriormente, é a segunda maior reserva de Mata Atlântica de Sergipe.

Capela possui algumas comunidades quilombolas que também estão presentes na cartilha para que os alunos conheçam as histórias delas. Outros temas relevantes abordados na cartilha são as passagens de Lampião por Capela e a história de Lenalda Campos, enfermeira capelense que participou da Segunda Guerra Mundial.

Vale salientar que as atividades que constam na cartilha são apenas sugestões, e o professor deve avaliar se é pertinente a aplicação delas. O professor, se quiser, pode elaborar suas próprias atividades com base na cartilha.

Nem sempre é possível fazer constar em um trabalho tudo aquilo que o professor pretende. Muitas vezes a pesquisa esbarra em várias dificuldades, dentre as quais a falta de fontes, por isso alguns temas que poderiam ou deveriam fazer parte da cartilha não se fazem presentes.

Esta cartilha dispõe de sugestões que podem ser adotadas pelo professor relacionando os temas abordados nela com o Currículo de Sergipe e a BNCC. Procuramos, na medida do possível, relacionar os objetos de conhecimento abordados na cartilha com os objetos de conhecimento e habilidades do currículo através da proximidade temática e, quando possível, pela proximidade cronológica.

Capela Surge, é Emancipada e se Torna Cidade

Objetivos

- Localizar geograficamente Capela;
- Compreender como se deu a fundação do município de Capela;
- Compreender o processo de emancipação política do município.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo.

Habilidade: (EF08HI12) Caracterizar a organização política e social do Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira, e localizar o papel da Província de Sergipe no conjunto da nação em formação.

O estado de Sergipe está situado na região Nordeste do Brasil, limitando-se a Norte com o estado de Alagoas, a Oeste e Sul com o estado da Bahia e a Leste com o oceano Atlântico. É formado por 75 municípios e sua capital é Aracaju.

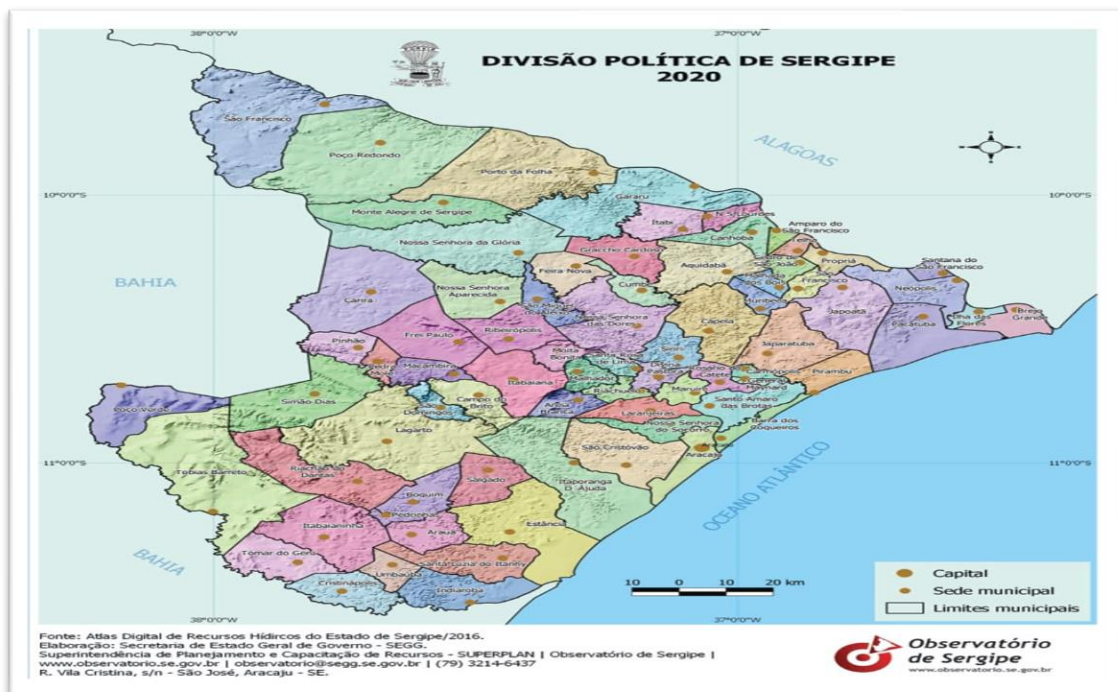


Imagem 3. Mapa Político de Sergipe

Fonte: Observatório (<https://www.observatorio.se.gov.br/>). Acesso em: 16 jun. 2021.

Capela é um dos municípios que fazem parte do estado de Sergipe, situado a 67 quilômetros da capital, Aracaju. Limita-se a Norte com Aquidabã, a Oeste com Cumbe, Nossa Senhora das Dores e Siriri, a Sul com Rosário do Catete e a Leste com Japaratuba e Muribeca.



Imagem 4. Mapa de Sergipe destacando o município de Capela

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_\(Sergipe\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_(Sergipe)). Acesso em: 21 jun. 2020.

Na primeira metade do século XVIII, Luiz de Andrade Pacheco e sua esposa Perpétua de Matos França, proprietários de terras na região, doaram um terreno no sítio Tabuleiro da Cruz para que fosse construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Purificação. Eles doaram também a quantia de cem mil réis para a construção da capela. Esta ficou pronta em 1737, e ao seu redor a povoação foi aumentando. A localidade pertencia à vila de Santo Amaro das Brotas, uma das mais prósperas da Capitania de Sergipe naquela época.



Imagem 5. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação*
Fotografia do autor (novembro/2020).

*Essa igreja foi construída no mesmo local onde existia anteriormente a capela que deu origem ao município.

Em 1833, Capela foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Vila de Nossa Senhora da Purificação, e passou a ser administrada por uma Câmara de Vereadores. Seus primeiros vereadores foram:

- Silvério de Carvalho Resende
- Hermenegildo Telles de Meneses
- Manoel de Melo Resende
- Francisco Xavier Teles de Menezes Sobral
- José da Trindade Prado (Barão de Propriá)

Nessa época, fazia parte das atribuições das Câmaras Municipais administrar vilas e cidades. Entre suas obrigações estavam: determinar prisões, fixar o preço das mercadorias, entre outras. Porém, era o presidente da província que decidia se aprovava ou não as leis elaboradas pelas Câmaras Municipais.

Em 22 de março de 1861, foi criada a comarca de Capela. Antes, Capela já tinha pertencido às comarcas de Laranjeiras, Propriá e Itabaiana.

Capela foi elevada à categoria de cidade em 28 de agosto de 1888 através da Resolução nº 1.333.



Imagem 6. Vista aérea da cidade de Capela

Fonte: <https://www.capela.se.gov.br/wp-content/uploads/sites/125/2020/01/2.jpg>. Acesso em: 18 mar. 2021.

A partir de 1888, com a proclamação da República no Brasil, as cidades deixaram de ser administradas pelas Câmaras Municipais. Inicialmente, passaram a ser governadas por Conselhos de Intendência e depois por prefeitos e vereadores, como acontece atualmente.

Em 25 de dezembro de 1888, o presidente do Governo Provisório de Sergipe, Felisberto Firmo de Oliveira Freire, nomeou para o Conselho de Intendência de Capela: José Luiz Coelho e Campos, Tomaz Rodrigues da Cruz, José Moreira Guimarães e Júlio Flávio Acioly. O primeiro prefeito do município de Capela foi Cândido José de Meneses, que governou de 1900 a 1901.

Alguns Dados Atuais sobre o Município:

Nome – Capela

Gentílico – Capelense

População estimada 2020 – 34.514

Área Territorial – 442,211 km²

Densidade demográfica – 78,04

PIB Per capita 2018 – R\$ 11.067,57

Atividade

1- Explique como se originou a povoação de Capela na primeira metade do século XVIII.

2- Quais os municípios que fazem limite com Capela?

3- Quando Capela foi elevada à categoria de cidade?

4- Você gosta de morar em Capela? Por quê?

5- O que pode ser feito para melhorar as condições de vida do povo capelense?

Atividade Complementar – Biografia

Objetivos

- Conhecer o conceito de biografia;
- Compreender a biografia enquanto fonte histórica;
- Entender que todas as pessoas podem ser objeto de estudo da história.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção da atividade

Habilidades: (EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas, bem como a necessidade de preservação desse patrimônio histórico-cultural; (EF06HI01SE) Compreender o conceito de memória, relacionando a memória individual e coletiva no âmbito local, regional e nacional.

Leia os textos a seguir:

Texto 1 – Coelho e Campos

José Luiz Coelho e Campos nasceu em 4 de fevereiro de 1843 no Engenho Mata Verde, em Siriri. Estudou na Faculdade de Direito de Recife, tendo obtido o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1862.

Começou sua carreira jurídica em 1863, quando foi nomeado promotor público de Capela e depois se tornou suplente de juiz municipal de órfãos.

Na política, durante o período imperial, fez parte do Partido Conservador. Foi deputado provincial em três legislaturas e deputado federal em quatro mandatos. A primeira eleição de Coelho e Campos para a Assembleia Geral do Império ocorreu em 1876, tendo deixado o parlamento em 1878 após a dissolução deste por parte do Imperador D. Pedro II. Voltou a exercer o cargo nas eleições de 1882 e, ao término do mandato, em 1884, voltou para Capela, onde passou a se dedicar à advocacia.

Foi eleito novamente deputado da Assembleia Geral em 1885 e permaneceu um ano no cargo porque mais uma vez o parlamento foi dissolvido pelo imperador.

Já no período republicano, foi nomeado membro do Conselho de Intendência de Capela, cidade onde residia.

Senador da República em três legislaturas, foi eleito pela primeira vez em 1890, tendo assumido o cargo em 1891 e participado das discussões e da aprovação da primeira Constituição

Brasileira do período republicano. Foi reeleito em 1897 e 1906. Deixou o senado em novembro de 1913 para assumir o cargo de Ministro do STF – Supremo Tribunal Federal, após ser nomeado pelo Presidente Hermes da Fonseca.

Morreu em 13 de outubro de 1919.



Imagem 7. Colégio Estadual Coelho e Campos, situado na Praça Manoel Cardoso Souza
Fotografia do autor (julho/2021).

Texto 2 – O que é biografia

Biografia é a história escrita da vida de uma determinada pessoa. A palavra tem origem etimológica nos termos gregos *bios*, que significa “vida”, e *graphein*, que significa “escrever”.

Biografia é a descrição dos fatos particulares da vida de uma pessoa, podendo conter fotos que testemunham os acontecimentos. É um documento em que consta a trajetória de vida de uma pessoa, com dados precisos, incluindo nomes, locais e datas dos principais acontecimentos.

[...]

Em geral, são feitas biografias de figuras reconhecidas mundialmente, como políticos, escritores, cientistas, esportistas, artistas, ou de pessoas que deram uma contribuição importante para o mundo.

[...]

Fonte: <https://www.significados.com.br/biografia/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Atividade

1- Com base nos dois textos anteriores, responda:

a) O que é uma biografia?

b) Por que Coelho e Campos é considerado uma figura importante para o município de Capela?

c) No Texto 1, constam algumas informações sobre Coelho e Campos, como data e local de nascimento. Em quais documentos é possível obter essas informações sobre você? Esse documento pode ser considerado uma fonte histórica? Por quê?

2- O último parágrafo do Texto 2 afirma que “Em geral, são feitas biografias de figuras públicas e reconhecidas mundialmente, como políticos, escritores, cientistas, esportistas, artistas, ou de pessoas que deram uma contribuição importante para o mundo.” Você acha que pessoas que não são “figuras públicas” merecem também ter suas histórias contadas? Por quê?

3- Entreviste um familiar ou um conhecido e escreva a biografia dele.

[illegible]

Capela e a cana-de-açúcar

Objetivos

- Compreender a importância da cultura da cana-de-açúcar para o município;
- Compreender que a história do município está ligada ao trabalho dos negros na lavoura de cana-de-açúcar;
- Reconhecer a importância do trabalho dos negros.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo

Habilidades: (EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval e problematizar as formas de trabalho análogo à escravidão na atualidade; (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas para superar esse legado no país e em Sergipe; (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil e de Sergipe.

A Cultura da Cana-de-açúcar em Capela

A cana-de-açúcar, que é bastante cultivada em Capela, é muito importante para a economia do município. Podemos afirmar que a cidade surgiu e se desenvolveu devido ao cultivo dessa planta na região.

A cana-de-açúcar é tão importante para a economia do município que se encontra representada em sua Bandeira, e os produtos que dela derivam (açúcar, álcool e cachaça) tornaram-se patrimônio do município através da Lei Municipal nº 557/2019.

A Lei nº 557/2019 declara e lista o patrimônio cultural, histórico, religioso, artístico e ambiental do município de Capela e tem como objetivos:

- Apoiar e promover a diversidade cultural existente no município;
- Reconhecer e patrocinar ações de produção econômica, cultural, histórica, religiosa, artística e ambiental locais;
- Proteger o patrimônio material e imaterial do município;
- Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural, histórico, religioso, artístico e ambiental capelense.

Capela começou a se desenvolver a partir do cultivo de cana-de-açúcar e dos diversos engenhos que existiam na região antes mesmo do surgimento da povoação que deu origem ao município.



Imagem 8. Plantação de cana-de-açúcar próximo ao Povoado Miranda, em Capela
Fotografia do autor (julho/2021).

O município surgiu na região do Cotinguiba, situada ao longo dos vales dos rios Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba. A região se tornou a mais próspera da Capitania de Sergipe d'El Rey no final do século XVIII.

A cana-de-açúcar não é uma planta nativa do Brasil. Originária da Índia, foi trazida para o país pelos portugueses na primeira metade do século XVI. No início da colonização do Brasil, a lavoura de cana foi implantada em várias regiões e chegou à Capitania de Sergipe a partir da Bahia.

Em Sergipe, a região do Cotinguiba se tornou a principal produtora de açúcar. Entre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da cultura de açúcar na região, podemos destacar:

- O clima quente e úmido com chuvas regulares;
- O solo de massapê, que se faz presente na maior parte das terras da região;
- A existência de rios navegáveis para o escoamento da produção;

- A grande cobertura vegetal de Mata Atlântica que existia na região e era utilizada para fornecer lenha, que servia de combustível para a fornalha dos engenhos no período da moagem da cana.

Capela, banhada pelo rio Japaratuba, se tornou um dos principais produtores de cana-de-açúcar. Esse rio foi muito importante para que o município se tornasse um centro canavieiro e comercial com a implantação de vários engenhos.



Imagem 9. Casa-Grande do Antigo Engenho Recurso
Fotografia de Alessandro do Nascimento Macedo (abril/2016).



Imagem 10. Lateral da casa-grande do Antigo Engenho Recurso
Fotografia de Alessandro do Nascimento Macedo (abril/2016).

Em 1859, Capela possuía mais de 100 engenhos. Para a instalação de um engenho, eram necessárias, entre outras coisas, uma grande área de cana plantada, equipamentos para realizar o processamento e mão de obra, portanto somente pessoas “bem-sucedidas” economicamente eram capazes de tocar esse tipo de empreendimento.

O açúcar produzido inicialmente na região do Cotinguiba, inclusive em Capela, era chamado de barreado porque se utilizava barro em sua preparação, no processo de clareamento.

Em Capela, o primeiro engenho de açúcar transformado em usina foi o Proveito, de propriedade do Dr. Francisco Vieira de Andrade, na primeira metade do século XX.

As usinas de beneficiamento de açúcar trouxeram o desenvolvimento para Capela. Um grande passo para o desenvolvimento do município foi a criação do ramal ferroviário Murta-Capela, inaugurado em 1915, facilitando o escoamento da produção. Por causa da presença das usinas na região, Capela se destacava economicamente no estado de Sergipe.

Na segunda metade do século XX, as principais usinas de açúcar do município eram: Santa Clara, Vassouras e Proveito. A Usina Santa Clara iniciou suas atividades na década de 1950 e contava com uma tecnologia mais moderna em relação às demais. No início da década de 1980, entrou em decadência por causa da disputa pelo controle financeiro da empresa pelos herdeiros, após o falecimento do patriarca da família. A usina encerrou suas atividades em 1988, prejudicando a economia do município e deixando vários trabalhadores desempregados.

Outro golpe para o município foi o fechamento da Usina Vassouras na década de 1990, provocando mais desemprego e recessão econômica. Com o fechamento da Usina Vassouras, sua produção de cana-de-açúcar passou a ser fornecida, principalmente, para a Usina Pinheiros, localizada no município de Laranjeiras.

Na região de Capela, atualmente existem quatro usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar: Usina Junco Novo, Usina Termo Elétrica Iolando Leite, Usina Taquari e Usina Campo Lindo (entre Capela e Nossa Senhora das Dores).



Imagem 11. Usina Taquari
Fotografia do autor (abril/2021).

A escravidão e a resistência dos negros

Os negros foram trazidos da África para o Brasil para trabalhar como escravos, inicialmente na lavoura de cana-de-açúcar. Transportados em porões de navios, eram submetidos a diversos tipos de humilhação, e muitos morriam durante o trajeto.

Ao desembarcarem nos portos brasileiros, os africanos eram vendidos, principalmente, para os grandes proprietários de fazendas canavieiras do Nordeste, onde eles eram explorados e sofriam maus-tratos.

Se a cultura da cana-de-açúcar obteve destaque em Capela, os negros que foram obrigados a trabalhar nos canaviais da região foram muito importantes para o desenvolvimento desse empreendimento e, conseqüentemente, contribuíram para o crescimento econômico do município.

Os escravos eram explorados e maltratados, porém não aceitavam passivamente essa condição e resistiam de várias maneiras. Entre as formas de resistência, podemos destacar: revoltas, fugas e quilombos, também conhecidos como mocambos.

O Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo do Brasil, chegando a contar com 20 mil habitantes. Em Sergipe, não existiram grandes quilombos. Os escravos que fugiam formavam quilombos no mato, normalmente próximo das fazendas de cana-de-açúcar. Os quilombos em Sergipe eram compostos por pequenos grupos. Em Capela, no ano de 1844, foram localizados quilombos nos Engenhos Boa Vista, Flor da Murta e Passagem.

Atividade

1- Por que o cultivo da cana-de-açúcar foi importante para o surgimento e o desenvolvimento da povoação de Capela?

2- Além da cana-de-açúcar, quais produtos dela derivados são considerados patrimônio de Capela?

3- Quais os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar na região do Cotinguiba?

4- Qual foi o primeiro engenho de açúcar que foi transformado em usina no município de Capela?

5- Nas imagens 9 e 10, vemos a casa-grande do antigo Engenho Recurso. Você considera importante a preservação desse imóvel? Por quê?

6- Quais eram as principais usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar do município de Capela na segunda metade do século XX?

7- Como eram os quilombos em Sergipe?

Atividade Complementar – Engenho de Açúcar

Em 1533, o colonizador português Martim Afonso de Souza trouxe as primeiras mudas de cana-de-açúcar e realizou a disseminação dessa primeira atividade de exploração econômica no Brasil. A produção desse tipo de gênero agrícola aconteceu por conta do conhecimento anterior de técnicas de plantio e preparo que permitiram o desenvolvimento de tal atividade na América Portuguesa. Contudo, a fabricação do açúcar não dependia somente do plantio da cana em terras férteis.

Para que o caule da cana fosse transformado no açúcar a ser consumido em diferentes partes da Europa, era necessário que várias instalações fossem construídas. Mais conhecidos como engenhos, tais localidades eram compostas por uma moenda, uma casa das caldeiras e das fornalhas e a casa de purgar. Com o desenvolvimento da economia açucareira, os engenhos se espalharam de forma relativamente rápida no espaço colonial, chegando a contar com 400 unidades no começo do século XVII.

Após a colheita, a cana-de-açúcar era levada à moenda para sofrer o esmagamento de seu caule e a extração do caldo. Em sua grande maioria, as moendas funcionavam com o uso da tração animal. Também conhecida como trapiche, esse tipo de moenda era mais comum por conta dos menores gastos exigidos para a sua construção. Além do trapiche, havia as moendas movidas por uma roda-d'água, que exigiam a dificultosa construção de um canal hidráulico que pudesse movimentá-la.

Feito o recolhimento do caldo, o produto era levado até a casa das caldeiras e fornalhas, onde sofria um longo processo de cozimento realizado em grandes tachos feitos de cobre. Logo em seguida, o melaço era refinado na casa de purgar, lugar onde a última etapa de refinamento do açúcar era finalmente concluída. O beneficiamento completo do açúcar era realizado em terras brasileiras pelo fato de Portugal não possuir refinarias que dessem fim ao serviço.

Ainda em terras coloniais eram produzidos dois tipos diferentes de açúcar: o mascavo, de coloração escura e escoado para o mercado interno; e o branco, em sua grande maioria

direcionado aos consumidores do Velho Mundo. Após a embalagem do açúcar, as caixas eram transportadas para Portugal e, posteriormente, para a Holanda, que participava realizando a distribuição do produto em solo europeu. Por volta do século XVII, a cidade flamenca de Amsterdã passou a realizar o refino do açúcar.

Além dessas unidades produtivas, um engenho também contava com construções utilizadas para o abrigo da população que ali vivia. Na casa-grande, eram alojados o proprietário das terras, sua família e alguns escravos domésticos. Na senzala, ficavam todos os escravos que trabalhavam nas colheitas e instalações produtivas do engenho. Por meio dessa configuração, podemos ver que a formulação desses espaços influenciou nos contrastes que marcaram o desenvolvimento da sociedade colonial.

Ao contrário do que muitos chegam a imaginar, os engenhos não estavam disponíveis em toda e qualquer propriedade que plantava cana-de-açúcar. Os fazendeiros que não possuíam recursos para construir o seu próprio engenho eram conhecidos como lavradores de cana. Na maioria das vezes, esses plantadores de cana utilizavam o engenho de outra propriedade mediante algum tipo de compensação material.

Fonte: [Engenho de Açúcar - Brasil Escola \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br/engenhos-de-acucar/). Acesso em: 27 jan. 2021.

Atividade

Com base no texto, responda:

1- Quem trouxe as primeiras mudas de cana-de-açúcar para o Brasil?

2- Quais as principais instalações que compunham um engenho?

3- Além das unidades produtoras, um engenho também contava com construções para o abrigo de seus moradores. Quais eram essas instalações e quem morava nelas?

Festa do Mastro de Capela

Objetivos

- Conhecer a história da tradicional Festa do Mastro de Capela e quem foram os seus criadores;
- Conhecer os principais folguedos que compõem ou compuseram a Festa do Mastro de Capela;
- Compreender a importância cultural e econômica da Festa do Mastro para o município;
- Valorizar a cultura do município.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo

Habilidade: (EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

Os festejos juninos são bastante comemorados em Capela. Como em todo o Nordeste, as festas do período junino têm muito forró, fogos e comidas típicas. Mas a principal atração cultural do período no município é a Festa do Mastro, que ocorre no dia 29 de junho, dia dedicado a São Pedro, ou no primeiro domingo após essa data quando ela não ocorre em um fim de semana.



Imagem 12. Festa do Mastro de Capela

Fonte: [Festa do Mastro de Capela encerra ciclo junino em Sergipe | São João 2018 | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em: 22 jun. 2021.

A Festa do Mastro foi introduzida em Capela pelos irmãos Napoleão Francisco de Melo, Nelson Francisco de Melo, Anderson Francisco de Melo e Wilson Francisco de Melo. Essa festa foi realizada pela primeira vez em Capela no dia 29 de junho de 1939 e contou com a participação da família e de outros moradores. A família Melo participava da Festa do Mastro de Lagarto, onde foram morar no final da década de 1920 por conta do trabalho do patriarca da família, que era funcionário público estadual. Ao voltarem para Capela, resolveram realizar a festa nesse município.

No primeiro ano da festa, as despesas ficaram por conta dos irmãos Melo, e, no segundo ano, em 1940, com o objetivo de arrecadar prêmios, foi criado o Folguedo da Baiana. Um homem vestido de baiana saiu pelas ruas da cidade na véspera de São Pedro com um cesto na cabeça, pedindo brindes para serem pendurados no mastro no dia da festa. Também foi instituída uma lista com o objetivo de arrecadar dinheiro para ajudar nas despesas da festa.

Em 1950, um novo folguedo foi incorporado à festa, o Casamento da Viúva. Criado por Ary Cabral Vieira e Carlos Campos, passou a ser realizado na tarde do dia de São Pedro. Como o Casamento Caipira era realizado na cidade no dia de São João, eles tiveram a ideia de criar o Casamento da Viúva, que usava sempre uma roupa preta.

Em 1960, foi criado por Ary Cabral Vieira um dos mais importantes folguedos que compõem a Festa do Mastro, a Sarandaia. Realizada entre a noite de 31 de maio e o dia 1º de junho, a Sarandaia abre os festejos juninos no município.



Imagem 13. Hasteamento da Bandeira de São Pedro durante a Sarandaia (junho/2000).
Fotografia de Maria da Conceição Souza.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Capela.

A Prefeitura Municipal começou a contribuir financeiramente com a festa na década de 1960, no primeiro mandato do prefeito Manoel Cardoso Souza (1967 a 1971). Foi também na década de 1960 que começou a brincadeira de jogar lama nas pessoas e de rasgar a camisa dos homens que participavam da Busca do Mastro.

A partir de 1983, já no segundo mandato de Manoel Cardoso Souza, a prefeitura passou a controlar a festa, instituindo a comissão organizadora.

Em 1989, na gestão do prefeito Manoel Cardoso Souza Filho (1989-1992), ocorreu a mudança da Busca do Mastro para o final de semana, com o intuito de atrair mais brincantes porque, quando o dia 29 era no meio da semana, muitos capelenses que moravam ou trabalhavam fora do município tinham dificuldades de participar da festa.

Outras medidas importantes para o crescimento da festa foram adotadas nesse período, entre elas: a criação do concurso para a escolha da Rainha do São Pedro; a mudança do dia da Marcação do Mastro, que passou a ser realizada sempre no dia de Corpus Christi para atrair mais público por ser feriado; a realização de shows musicais com artistas renomados durante os festejos juninos. A Marcação do Mastro consiste na ida até a mata para escolher a árvore que será cortada e carregada pelos brincantes no dia da festa.

Na administração de Aurelina de Melo Sobral (1993-1996), aconteceram parcerias com o setor privado, inclusive com a contratação de uma empresa para organizar a festa, e também com o Governo do Estado através da EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), investindo mais na Festa do Mastro. Nesse período, também foi criada a Missa do Fogueteiro, tendo sido realizada pela primeira vez no ano de 1993.

Os capelenses voltaram a organizar a festa em 1997, já na segunda gestão de Manoel Cardoso Souza Filho (1997-2000), que voltou a nomear a comissão que cuidava dos preparativos da festa.

Na administração de Manoel Messias Sukita Santos, que foi prefeito de Capela de 2005 a 2012, a Busca do Mastro, que era realizada ao som da Banda de Pífanos, passou a contar também com a presença de um trio elétrico e uma banda, passando a atrair milhares de pessoas para o cortejo. Os shows musicais na praça passaram a ser realizados em mais dias.



Imagem 14. Praça do Amparo, local onde ocorrem os shows musicais dos festejos juninos de Capela
Fotografia do autor (abril/2021).

No ano de 2019, a Festa do Mastro de Capela foi transformada em Patrimônio Cultural do município através da Lei nº 557/2019, de 18 de outubro de 2019, sancionada pela prefeita Silvany Yanina Mamlak. Em 2021, a Festa do Mastro de Capela se tornou Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe através da Lei nº 94/2021.

Por causa da pandemia do novo coronavírus que se faz presente no mundo inteiro, não permitindo aglomerações, não houve Festa do Mastro nos anos de 2020 e 2021.

Os principais folguedos da Festa do Mastro de Capela são:

- Sarandaia – Acontece no dia 31 de maio a partir das 23 horas e se estende até o dia 1º de junho. É o evento que abre oficialmente os festejos juninos do município. Nessa data, a prefeitura divulga a programação da festa. Ao som dos Bacamarteiros e da Banda de Pífanos, os brincantes saem à procura de presentes para serem colocados no mastro no dia da queima.
- Marcação do Mastro – No mês de junho, sempre no feriado de Corpus Christi, os brincantes vão até a Mata do Junco e escolhem a árvore que será cortada posteriormente.
- Baiana – O Folguedo da Baiana foi criado com o intuito de arrecadar prêmios para serem colocados no mastro. Um homem vestido de baiana e com um cesto na cabeça sai pelas ruas à procura de prêmios.
- Rainha do São Pedro – Criado em 1991, o concurso contava com representantes de vários setores da sociedade, como escolas, bancos e casas comerciais. Atualmente, só conta com representantes das escolas.

- Busca e queima do Mastro – É o principal folguedo da festa e consiste na ida dos brincantes até a mata, no corte da árvore e no seu transporte até o local onde ocorre a queima.

Atividade

1- Qual o principal evento cultural do período junino em Capela e quando ele ocorre?

2- Quem introduziu a Festa do Mastro em Capela? Quando ela foi realizada pela primeira vez?

3- Com qual intuito foi criado o Folguedo da Baiana?

4- O que é a Sarandaia? Quem a criou?

5- Quais os principais folguedos da Festa do Mastro?

6- As imagens 12 e 13 retratam dois folguedos que compõem a Festa do Mastro. Você já participou dessa festa? Dos folguedos da Festa do Mastro, qual o que você mais gosta? Por quê?

7- Você considera a Festa do Mastro importante? Por quê?

8- A Festa do Mastro é considerada Patrimônio Cultural de Capela e de Sergipe. Pesquise o conceito de Patrimônio Cultural.

O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco e o Assentamento Santa Clara

Objetivos

- Compreender a importância da Mata do Junco para o município de Capela;
- Entender a importância da preservação do meio ambiente;
- Compreender a necessidade da reforma agrária para que os trabalhadores rurais tenham acesso à terra.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo.

Habilidade: (EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

A Mata do Junco é uma grande reserva de Mata Atlântica localizada em Capela. Para preservar a fauna e a flora da região, a Mata do Junco foi transformada em uma unidade de preservação ambiental pelo Governo de Sergipe no ano de 2007, através do Decreto nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007. O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco é a segunda maior reserva de Mata Atlântica do estado, ocupando uma área de 1.500 hectares.



Imagem 15. Professores, alunos e pais de alunos da Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves participando de trilha na RVS Mata do Junco
Fotografia de Alessandro do Nascimento Macedo (agosto/2019).

Entre os animais que habitam a reserva, destaca-se o macaco guigó, cujo nome científico é *Callicebus coimbrai*. Essa espécie está ameaçada de extinção e só é encontrada em Sergipe e no Norte da Bahia.

Através de pesquisas científicas, foram constatadas a presença na área da Mata do Junco de várias espécies animais e vegetais. São 19 mamíferos (incluindo o macaco guigó), 14 anfíbios e 9 répteis.

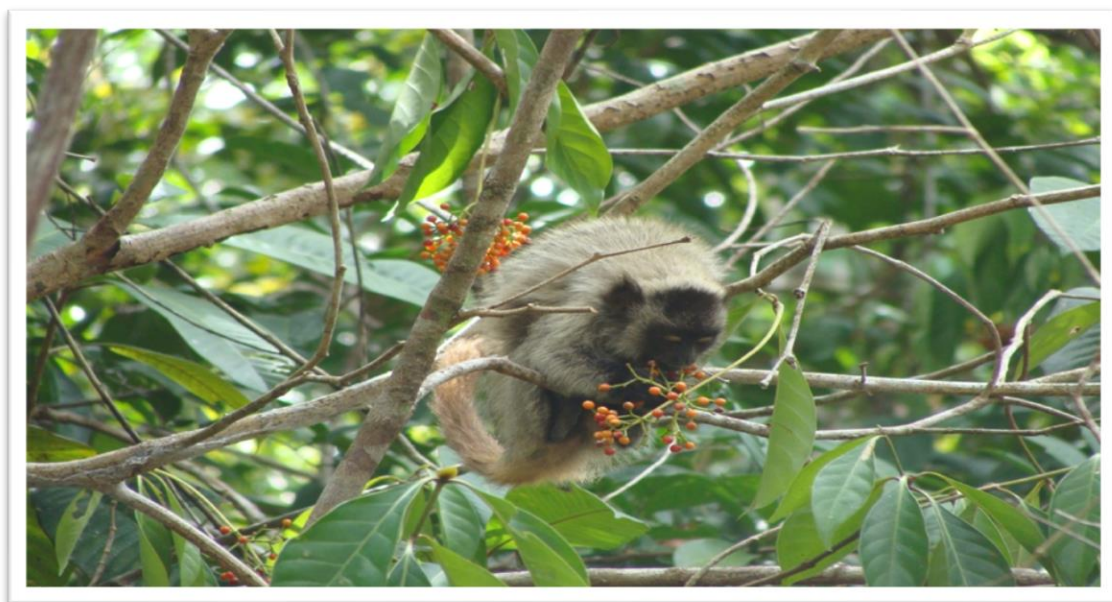


Imagem 16. Macaco guigó

Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/educacao/pesquisadores-de-sergipe-estudam-o-macaco-guigo/>. Acesso em: 3 maio 2021.

Além do guigó de Sergipe, o Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco é o habitat de vários outros animais mamíferos, entre eles: gambá, tatu, tamanduá-mirim, saguim, jaguatirica, veado e capivara.

A mata possui 93 espécies de árvores identificadas, entre elas a pindaíba, o ingazeiro, a massaranduba, o pau-pombo e a paraíba.

Além da preservação da fauna e da flora, a criação do Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco teve como finalidade a conservação dos mananciais de água potável que existem dentro da mata e abastecem o município. O rio Lagartixo nasce na Mata do Junco. É desse rio que é retirada a água que abastece grande parte dos moradores do município. Ele possui muitas nascentes e 24 delas estão identificadas e distribuídas em 510 km de área, sendo que algumas dessas nascentes estão sendo extintas por causa da degradação causada principalmente pelo desmatamento e pelas queimadas.



Imagem 17. Estação de captação de água do rio Lagartixo
Fotografia do autor (abril/2021).

O rio Lagartixo é um afluente da margem direita do rio Japaratuba. Este nasce na Serra da Boa Vista, na divisa entre os municípios sergipanos de Graccho Cardoso e Feira Nova, e percorre cerca de 82 quilômetros, atravessando 15 municípios até desaguar no oceano Atlântico, entre os municípios de Pirambu e Barra dos Coqueiros. Além do Lagartixo, seus principais afluentes são o Japaratuba Mirim, o Siriri, o Cancelo e o Riacho do Prata.

Dos 1.500 hectares do RVS Mata do Junco, 920 estão localizados no assentamento José Emídio dos Santos, mais conhecido por assentamento Santa Clara por ter sido implantado nas terras da antiga fazenda. O assentamento recebeu o nome de José Emídio dos Santos em homenagem ao trabalhador rural que foi assassinado durante o período de luta pela conquista da terra.

A Fazenda Santa Clara era uma propriedade com 4.250 hectares que cultivava cana para a fabricação de açúcar e paralisou as atividades em 1991. Em 1993, a fazenda foi a leilão por causa das dívidas, mas o preço mínimo estabelecido não foi alcançado. Nesse mesmo ano, a prefeita de Capela, Aurelina de Melo Sobral, solicitou, junto ao governo do estado, a aquisição da fazenda com o intuito de promover o assentamento de trabalhadores rurais.

No dia 28 de novembro de 1995, cerca de 800 trabalhadores rurais, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ocuparam a fazenda, e, em 24 de junho de 1996, ela foi desapropriada para fins de reforma agrária. No mês de fevereiro de 2006, os assentados obtiveram o título de posse da terra.



Imagem 18. Assentamento José Emídio dos Santos (Santa Clara)
Fotografia do autor (maio/2021).

A maioria das famílias que receberam a posse da terra eram compostas de ex-cortadores de cana desempregados por causa do declínio da produção de açúcar na região. Eram oriundos, além de Capela, principalmente dos municípios de Propriá, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas.

O assentamento é muito importante para a economia do município, pois proporcionou aos trabalhadores desempregados por conta do declínio da produção de cana-de-açúcar a oportunidade de permanecerem trabalhando no meio rural, cultivando, entre outros produtos, mandioca, milho e feijão. Os produtos cultivados abastecem a sede do município, principalmente a feira livre, que é realizada semanalmente na segunda-feira.

Atividade

1- O Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco foi criado com qual finalidade?

2- Cite algumas espécies animais que habitam a Mata do Junco.

3- Qual a importância do rio Lagartixo para o município?

4- A imagem 15 mostra pessoas participando de uma trilha na Mata do Junco e a imagem 17 mostra a estação de captação de água que fica dentro da reserva. Você considera importante a realização de trilhas no local? Por quê?

5- Por que o assentamento “Santa Clara” recebeu o nome de José Emídio dos Santos?

6- Você considera importante o trabalho do MST na luta pelo acesso à terra como ocorreu no assentamento Santa Clara? Por quê?

As Comunidades Quilombolas de Capela

Objetivos

- Reconhecer a importância dos negros para o desenvolvimento do município;
- Conhecer a história das comunidades quilombolas do município.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo

Habilidades: (EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira e sergipana pós-abolição e avaliar os seus resultados; (EF09HI01SE) Identificar as diversas organizações construídas e organizadas pelos negros como forma de ativismo diante da marginalização e do racismo imperante no pós-abolição.

Os negros foram trazidos da África para o Brasil para trabalhar como escravos, principalmente na lavoura de cana-de-açúcar. Se Capela desenvolveu-se graças ao cultivo de cana-de-açúcar, esse desenvolvimento se deve ao trabalho dos escravos negros, pois eles eram a principal mão de obra utilizada nesse empreendimento.

Alguns descendentes desses escravos hoje vivem em Comunidades Quilombolas, que são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com tradição histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.



Imagem 19. Comunidade Quilombola Cantagalo
Fotografia do autor (maio/2021).

Para que uma comunidade seja considerada quilombola, é preciso que haja a autodefinição da própria comunidade. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas as utilizadas para sua reprodução física, social, econômica e cultural.

No município de Capela, estão localizadas três comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares: Pirangi, Canta Galo e Terra Dura e Coqueiral.

Capela possuía vários engenhos onde os escravos negros eram obrigados a trabalhar. Após a Abolição da Escravatura, os ex-escravizados passaram a morar em povoados próximos aos engenhos ou continuaram trabalhando para seus antigos senhores.

Uma das comunidades quilombolas do município de Capela, a Pirangi, é composta por mais de 40 famílias e possui área total de aproximadamente 128 hectares, sendo que 71 hectares foram titulados pelo INCRA em 5 de dezembro de 2013.

A Fazenda Pirangi foi ocupada por trabalhadores rurais na década de 1980. Esses trabalhadores buscavam garantir sua subsistência diante do quadro de desemprego por causa do fechamento de usinas no município. Escolheram a Fazenda Pirangi por ela estar abandonada e por guardar relações com o passado de muitos dos trabalhadores negros que a ocuparam.

Na década de 1980, os ocupantes formaram uma associação agrícola para lutar pelo direito à terra. Em busca do reconhecimento como comunidade quilombola, mudaram o nome da associação agrícola para Comunidade Quilombola Pirangi.

A fazenda tem como origem o Engenho Saco da Lagoa. Ela ficou abandonada por muito tempo e foi adquirida pelo município de Capela em 1948, que, em 1970, a doou ao Ministério da Agricultura.

A maioria das pessoas da comunidade é descendente de trabalhadores escravos de dois antigos engenhos do município: o Engenho Saco da Lagoa, do qual se originou a Fazenda Pirangi, e o Engenho Saco do Rio, que passou a se chamar Fazenda Palmeira. A comunidade foi certificada em 13 de dezembro de 2006 e teve parte do território titulada pelo INCRA em 5 de dezembro de 2013.



Imagem 20. Comunidade Quilombola Pirangi
Fotografia do autor (maio/2021).

Na Comunidade Quilombola Pirangi, homens, mulheres e crianças trabalham juntos no cultivo da terra e plantam principalmente feijão, banana, cana-de-açúcar e mandioca.

Outra comunidade quilombola do município é a Terra Dura e Coqueiral, cuja existência do território remonta ao século XIX, quando os ex-escravos que trabalhavam na Fazenda Coqueiral passaram a ocupar as terras vizinhas.

A Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral foi certificada em 10 de fevereiro de 2011, e o processo de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a fim de obter a titulação, encontra-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Superintendência Regional de Sergipe, não tendo sido ainda finalizado.

Essa comunidade quilombola é formada por cerca de duzentas famílias, que, em sua maioria, trabalham com atividades agrícolas em suas terras. Os moradores da comunidade plantam principalmente macaxeira, milho, verduras e batata-doce para o sustento familiar, sendo que o excedente é comercializado na própria comunidade e nas feiras livres, como a de Capela e Japarutuba.

Os quilombolas se dedicam também à criação de animais, com destaque para os bovinos, suínos, ovinos e galináceos. Alguns trabalham no corte de cana nas usinas da região, principalmente na Usina Taquari.



Imagem 21. Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral
Fotografia do autor (novembro/2020).

Reconhecendo a importância da cultura dos negros e das comunidades quilombolas para o município de Capela, a Lei nº 557/2019, de 18 de outubro de 2019, declarou como Patrimônio Cultural e Histórico do município as Comunidades Quilombolas Canta Galo, Pirangi e Terra Dura e Coqueiral.

Atividade

1- O que são comunidades quilombolas?

2- Quais são as comunidades quilombolas do município de Capela reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares?

3- O que os trabalhadores rurais buscavam ao ocupar a Fazenda Pirangi? Por que eles escolheram ocupar essa fazenda?

4- Quando e como a Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral começou a se formar? Como é a sua economia?

Lampião em Capela

Objetivos

- Entender como foram as passagens do bando de Lampião por Capela;
- Conhecer a história da luta dos capelenses no combate ao bando de Lampião em sua segunda passagem pelo município com a tentativa frustrada de invasão à cidade.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo

Habilidade: (EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região Nordeste e no território sergipano. E compreender o cangaço como contestação e resistência a modernização empreendida pelo Estado brasileiro.

O Cangaço foi um movimento que surgiu no Nordeste brasileiro na segunda metade do século XIX, mas seu auge ocorreu no início do século XX. O termo Cangaço vem da palavra canga, que é uma peça de madeira geralmente colocada em animais de transporte para prender o animal à carroça. O termo se refere aos utensílios que grupos armados do sertão nordestino traziam no corpo. Os equipamentos que os cangaceiros carregavam eram pesados. Em 1929, em sua passagem por Capela, o cangaceiro Lampião permitiu a pesagem de seu equipamento para satisfazer à curiosidade do povo que o rodeava na ocasião. O peso do seu equipamento foi 29 quilos, sem as armas e com os depósitos de água vazios.

Na década de 1870, o sertão nordestino sofreu com uma seca prolongada, e com ela a situação dos sertanejos, que já era difícil, piorou ainda mais, aumentando a fome e a miséria. Para proteger suas propriedades de invasões, os fazendeiros passaram a contratar jagunços. Com o passar do tempo, os jagunços que não conseguiam novos trabalhos ou buscavam independência passaram a andar em grupos pela região, praticando roubos, assaltos e outras formas de violência. Esses jagunços ficaram conhecidos como cangaceiros.

No fim do século XIX e início do XX, a situação de miséria e a estrutura econômica e social precária no Nordeste possibilitaram um ambiente favorável para esses grupos armados. Os cangaceiros conquistaram seu espaço e desafiaram a ordem vigente. Muitos sertanejos os consideravam justiceiros.

Entre 1919 e 1927, havia em torno de 25 grupos armados circulando pela região Nordeste. Os grupos possuíam um líder, entre esses líderes podemos destacar Antônio Silvino (1875-1944) e Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938), mais conhecido como Lampião.



Imagem 22. Lampião e seu bando

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49505229>. Acesso em: 3 maio 2021.

Lampião foi o mais famoso cangaceiro do Nordeste brasileiro, sendo inclusive chamado de “Rei do Cangaço”. Nasceu no município de Vila Bela, hoje Serra Talhada, no estado de Pernambuco, em 4 de junho de 1898. Ele atuou no Cangaço de 1916 até 1938, ano de sua morte, tendo percorrido vários estados da região.

Com seu bando, ele penetrou em terras capelenses por duas vezes. A primeira vez que o município foi invadido por Lampião e seu bando foi no dia 25 de novembro de 1929. O intendente Antão Corrêa foi surpreendido com a presença do comerciante do município de Nossa Senhora das Dores, Otacílio Azevedo, que trazia um recado de Lampião exigindo a presença do intendente na entrada da cidade. Otacílio e mais três moradores de Nossa Senhora das Dores foram obrigados a transportar Lampião e seu bando em seus automóveis para o município de Capela.

Lampião queria entrar na cidade em busca de dinheiro e prometeu não praticar violência nem depredações. O prefeito concordou, pois Capela contava com apenas quatro soldados e dispunha de pouca munição, não tendo condições de enfrentar os cangaceiros. Os demais soldados tinham seguido para o sertão dois dias antes, juntamente com o tenente Elesbão de Brito.

Ao entrar na cidade, para impedir a comunicação em busca de reforço policial, Lampião tomou o telefone e foi até o cinema municipal à procura do telegrafista, causando pânico nos telespectadores. As pessoas que estavam no cinema foram impedidas de sair.

Lampião pretendia arrecadar na cidade 20 contos de réis, que era a moeda corrente no Brasil na época. A região estava passando por uma seca prolongada que já durava três anos, por isso o prefeito ponderou que não conseguiria essa quantia, e Lampião exigiu pelo menos 6 contos.

O responsável por contactar usineiros e comerciantes para arrecadar a quantia exigida foi o delegado de polícia, major Pedro Rocha. Ao final, conseguiu pouco mais de 5 contos e os entregou a Lampião. Após receber o dinheiro, Lampião e seu bando percorreram as ruas da cidade, fazendo compras e bebendo. O povo curioso o seguia pelas ruas.

Por volta das 3 horas da manhã, Lampião reuniu seus companheiros e se retirou da cidade, seguindo para o Povoado Pedras e logo depois indo em direção a Aquidabã. Na manhã do dia 30 de novembro, a polícia de Aracaju chegou a Capela e seguiu atrás do bando de Lampião, que já havia se retirado.

No ano de 1930, Lampião voltou a Capela. Chegando à fazenda de Félix da Mota Cabral, que era irmão do vigário de Capela, José da Mota Cabral, no dia 15 de outubro de 1930, os cangaceiros roubaram os cavalos de alguns marchantes que estavam comprando gado. Em seguida, uma parte do bando seguiu para a Fazenda Lavagem e a outra parte, na qual Lampião estava incluído, foi para o Engenho Tabocal, levando junto Félix da Mota Cabral. Nesse engenho, os cangaceiros agrediram os moradores e roubaram dinheiro. Houve violência também na Fazenda Pedras e no Engenho Recurso.

Como no ano anterior, o cangaceiro pretendia entrar na cidade em busca de dinheiro e mandou um mensageiro para informar às autoridades que queria entrar de forma pacífica, porém não obteve êxito. Dois soldados se encarregaram de resistir desde que tivessem o apoio dos civis. O major Honorino Leal e o comerciante Josias Mota conseguiram reunir vários homens armados para conter o invasor.

Lampião tentou invadir a cidade e encontrou resistência. Após um longo tiroteio que deixou dois cangaceiros feridos, Lampião se retirou de Capela, indo em direção a Nossa Senhora das Dores.

Lampião continuou suas andanças pelo Nordeste e nunca mais voltou ao município de Capela. Sua caminhada teve fim com a sua morte no dia 28 de julho de 1938, quando foi surpreendido pela volante liderada pelo tenente João Bezerra na Grota do Angico, que na época fazia parte do município de Porto da Folha e hoje faz parte do município de Poço Redondo.

Atividade

1- De onde vem o termo Cangaço e a que ele faz referência?

2- Lampião esteve no município de Capela por duas vezes. Descreva:

a) A passagem de Lampião por Capela em 1929.

b) A passagem de Lampião por Capela em 1930.

3- Algumas pessoas consideram Lampião um herói e outras o consideram vilão e há também os que o classifica em um meio-termo (nem herói, nem vilão). Como você vê a figura de Lampião? Por quê?

Uma capelense na Segunda Guerra Mundial

Objetivos

- Reconhecer o papel da mulher enquanto protagonista da história;
- Conhecer a história de Lenalda Campos.

Relação com o Currículo de Sergipe e a BNCC – sugestão de inserção do conteúdo

Habilidade: (EF09HI03SE) Discutir a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados e suas contradições, e avaliar o impacto daquele conflito no Nordeste e em Sergipe com os torpedeamentos.

Lenalda Lima Campos nasceu em 9 de março de 1922, filha de Adroaldo Campos e Lealda Lima Campos. Estudou inicialmente no Colégio Imaculada Conceição em Capela e terminou seus estudos em Aracaju. Trabalhou em 1940 no Departamento de Saúde de Sergipe, indo depois para São Paulo, onde estudou no Colégio Mackenzie. Participou da Segunda Guerra Mundial como membro do grupo de enfermeiras, vinculadas ao exército, que fizeram parte da FEB (Força Expedicionária Brasileira).

A ideia de ser enfermeira voluntária foi influenciada pelo torpedeamento de navios da marinha mercante do Brasil. Em agosto de 1942, entre os dias 15 e 17, foram torpedeadas na costa brasileira pelo submarino alemão U-507 cinco embarcações, sendo três na costa sergipana (Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo) e duas na costa baiana (Itagiba e Arará). Nesses ataques, morreram 652 pessoas. Esse fato contribuiu para a entrada do Brasil no conflito. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Itália e à Alemanha.

Para participar da Guerra, Lenalda Campos se inscreveu e foi selecionada para treinamento. Juntamente com outras mulheres, fez um curso para se tornar membro do corpo de enfermeiras da FEB. Ela fez também o Curso de Especialização de Enfermagem em Transporte Aéreo, curso esse que foi feito na Base Aérea de Parnamirim, em Natal, no Rio Grande do Norte.

O Brasil enviou 73 enfermeiras para a Segunda Guerra Mundial. Dessas, 67 trabalhavam em hospitais e as outras 6, incluindo Lenalda Campos, faziam parte de um quadro especializado que tinha como função o transporte aéreo de passageiros feridos. Além de Lenalda Campos, mais duas sergipanas faziam parte desse seleto grupo: Joana Simões e Isabel Novaes.

O trabalho da equipe consistia em prestar assistência durante os voos aos feridos que eram trazidos de volta para o Brasil em aviões da Força Expedicionária Brasileira durante o período em que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial.



Imagem 23. Fotografia de Lenalda Lima Campos (agachada) em avião da Força Expedicionária Brasileira – FEB
Fonte: Museu da Imagem e do Som da Associação Nacional dos veteranos da FEB.

A Segunda Guerra Mundial foi o maior confronto armado já ocorrido no mundo, atingindo grandes proporções, com aproximadamente 70 milhões de mortos. O conflito se iniciou na Europa e se espalhou pelo mundo, tendo começado em setembro de 1939 com a invasão da Polônia pelo exército alemão e terminou em 1945. A participação direta do Brasil no conflito armado se deu a partir do ano de 1944, quando foram enviadas tropas para lutar ao lado dos Aliados no Norte da Itália.

Após desempenhar sua função de enfermeira durante o período da Guerra, Lenalda Campos retornou a Sergipe com o merecido reconhecimento por parte das autoridades e do povo sergipano. Ela chegou a Sergipe no dia 18 de agosto de 1945 e foi recepcionada com uma grande festa em Aracaju, na Praça Fausto Cardoso, onde uma multidão a aguardava.

No dia 26 de agosto, ela chegou a Capela. Várias pessoas foram até a Praça 15 de Novembro, que hoje se chama Praça Manoel Cardoso Souza, para prestigiar a enfermeira. As homenagens continuaram durante todo o dia. À tarde, aconteceu uma cerimônia no Cine Teatro para presentear a enfermeira e à noite houve um baile no salão da prefeitura.

Apesar do reconhecimento popular pelos serviços prestados durante o conflito, Lenalda Campos e as colegas foram dispensadas do Exército brasileiro logo após o término da Guerra. Ela continuou exercendo sua profissão e foi readmitida no Exército, juntamente com as colegas,

somente em 1957, depois da aprovação do Projeto de Lei nº 3.160, que foi sancionado pelo Presidente Juscelino Kubitscheck, passando a ocupar o posto de 2º tenente.

A enfermeira Lenalda Campos morreu em janeiro de 2005, no Rio de Janeiro, onde residia.

Atividade

1- O que influenciou Lenalda Campos a se tornar voluntária na Segunda Guerra Mundial?

2- Quando e quais embarcações foram torpedeadas pelo submarino alemão U-507 na costa sergipana?

3- Em que consistia o trabalho da equipe que Lenalda Campos fazia parte durante a Segunda Guerra Mundial?

4- Lenalda Campos era enfermeira. Qual profissão você pretende exercer no futuro? Por quê?

5- Escreva a biografia de uma mulher de sua família.

[illegible]

Símbolos do Município

Objetivos

- Conhecer os símbolos do município;
- Reconhecer nos símbolos aspectos históricos, econômicos e culturais do município.

A Bandeira e o Brasão

A Bandeira de Capela foi criada através da Lei municipal nº 40, de 17 de maio de 1974. Essa lei definiu que as cores da Bandeira seriam azul, amarela e verde. Ela é composta por três faixas. A cor azul fica na margem esquerda em posição vertical, seguida das demais cores em posição horizontal, ficando a cor amarela na parte de cima.



Imagem 24. Bandeira de Capela

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_\(Sergipe\)/#media/Ficheiro:Bandeira_capela.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_(Sergipe)/#media/Ficheiro:Bandeira_capela.svg). Acesso em: 11 jun. 2020.

O Brasão Municipal fica entre as faixas amarelo e verde e traz uma coroa, que simboliza o cognome do município – Capela Rainha dos Tabuleiros –, e duas canas entrelaçadas, que simbolizam o fator econômico. Traz também a data da emancipação política – 15 de agosto de 1833.



Imagem 25. Brasão Municipal

Fonte: [Brasao capela - Capela \(Sergipe\) – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_Armas_de_Capela_(Sergipe)). Acesso em: 1º jul. 2021.

O Hino

A letra do Hino de Capela é de Moacyr Carvalho e a música é de João Rocha.

I

Da cruz simbólica de Cristo
Da mesma forma que o Brasil nasceu
A Capela também floriu, cresceu
Num misto de amor e singeleza

Coro

Assim no pedestal da cristandade
Edificante exemplo que seduz
Uma formosa e lírica cidade
Surgiu serena de uma simples cruz

II

Hoje esta terra próspera e diletta
Onde tudo nos fala o coração
É no dizer sincero do poeta
A Verona de Sergipe e do sertão

III

É a flor tropical dos tabuleiros
Entreaberta ao calor do sol dourado
Perfumada e feliz como se fosse
A noiva angelical do nosso Estado

IV

Aos filhos dá prodigamente
No amanhã do solo a rica mesa
E o capelense muitas vezes sente
Seu orgulho nascer dessa grandeza

V

Seu estandarte é o campo dadivoso
Sua divisa é o arado benfeitor
Tem como escudo forte e portentoso
A couraça invencível do labor

VI

Um século de glória e de luz
Um século de amor e liberdade
Salve filha legítima da cruz
Salve Capela, oh Lírica cidade.

Atividade

1- Analise as imagens 24 e 25 e responda:

a) Qual elemento representa a economia de Capela na Bandeira e no Brasão?

b) Por que a cana-de-açúcar está presente na Bandeira de Capela?

c) O que representa a data que aparece nas imagens?

2- Qual parte do Hino traduz melhor a história do surgimento do município de Capela? Por quê?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ingressei no Mestrado Profissional em Ensino de História, vi a oportunidade de trabalhar uma questão que me inquietava bastante, a saber: a falta de um estudo mais sistemático da história local, bem como a falta de material didático sobre a história do município onde leciono.

É muito importante que alunos e professores conheçam bem a história local. A questão da falta de conhecimento sobre história local se fazia presente na minha mente desde o ano de 2004, quando, estudando para um concurso público no município em que nasci e estudei até o antigo Segundo Grau, hoje Ensino Médio, percebi que conhecia pouco a história do município, e, analisando a minha vida escolar até então, não me lembrei de ter estudado sobre a história local. O município em questão é Santo amaro das Brotas.

Pesquisar e utilizar a história local em sala de aula é um grande desafio, como mostrado ao longo deste trabalho. A partir do momento em que ingressei no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, decidi encarar esse desafio e, no âmbito do curso, desenvolver uma cartilha sobre a história do município de Capela. Por não conhecer a história do município quando decidi trabalhar com ela, pois ensinava história no município há apenas um ano, o desafio se tornava grande.

O PROFHISTÓRIA possibilitou-me, assim, perceber a preocupação da Universidade com a Educação Básica, uma vez que, a partir do momento em que se exige, junto com a dissertação, um produto ou processo a ser desenvolvido e usado nas salas de aula da Educação Básica, se contribui com o processo de ensino-aprendizagem e com a melhoria da qualidade docente nessa etapa da educação.

É sabido que a cartilha foi feita com o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem sobre a história local, tentando trazer para a sala de aula temas relevantes sobre a história do entorno dos alunos e fazendo com que eles percebam que estão inseridos na história.

Vale ressaltar que se trata de um trabalho que possui suas deficiências, decorrentes principalmente da falta de tempo e de acesso a fontes. Em relação à falta de acesso a fontes que possibilitassem a inclusão ou um melhor desenvolvimento de alguns temas, é possível afirmar que a pandemia de Covid-19, que assola o mundo desde o ano passado, 2020, dificultou a realização da pesquisa. É preciso entender que arquivos e bibliotecas estiveram fechados por causa da pandemia. Como exemplo, um tema que queria trazer para este trabalho era o fato de Capela ser conhecida como “Rainha dos Tabuleiros”, mas a falta de fontes que pudessem ser

acessadas para fundamentar essa questão de forma plausível fez com que eu desistisse de abordá-la.

Um dos aspectos importantes da cartilha é a possibilidade da abordagem interdisciplinar, já que traz temas como a Mata do Junco, que pode ser trabalhado por professores de Geografia e Ciências, e temas como economia, o qual também pode ser trabalhado por professores de Geografia, entre outros temas que podem ser trabalhados por outras disciplinas.

A cartilha foi apresentada no capítulo três desse trabalho, porém, ela também circula de forma isolada e com um aspecto visual melhor porque passou por um processo de diagramação. É essa cartilha que será utilizada em sala de aula.

Apesar das dificuldades e deficiências deste trabalho, pode-se dizer que ele obteve êxito, na medida em que o objetivo de construir a cartilha foi alcançado. Espera-se que ela possa ser utilizada por professores de História do município e, também, possa contribuir para que os alunos sintam-se partícipes da história, tendo, dessa forma, a consciência de que são sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um Quase Objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira. *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e ensino*. Salvador: EDUNEB, 2015.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiaba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

BECHARA, Evanildo (Org.). *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BERUTTI, Flavio; MARQUES, Ademar. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Livros Didáticos Entre Textos e Imagens: In: BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). *O Saber Histórico na sala de aula*. 11. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando o Ensino).

_____. O ensino de história do Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 146, set. 1992/ago. 1993. (Memória, história e historiografia – Dossiê Ensino de História, ANPUH/ Marco Zero).

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros da Educação (História e Geografia)*. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC, 2017.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CIAMPI, Helenice. Os Desafios da História Local. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. Livro Didático Regional. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coords.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coords.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

DANTAS, Orlando Vieira. *Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNANDES, José R. O. Um lugar na escola para a história local. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 43-51, jan./dez. 1995.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891.

FREITAS, Itamar. *Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História* (Anos iniciais). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

FREITAS, Itamar. Livro Didático. FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coords.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FRIZERO, Mariana Gonçalves. *Quilombo Pirangi*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos).

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP, 2012. (Coleção Magistério, Formação e trabalho Pedagógico).

_____. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *História Oral*, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006.

LIMA, Zózimo. *Variações em Fá Sustenido: crônicas sergipanas*. 2. ed. amp. e rev. Aracaju: Triunfo, 2003.

LIMA IRMÃO, José Bezerra. *Lampião, a Raposa das Caatingas*. 4. ed. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda., 2018.

MACEDO, Helder Alexandre M. de. De como se constrói uma história local: aspectos da produção e da utilização no ensino de história. In: ALVEAL, Carmem Margarida O.; FAGUNDES, José E.; ROCHA, Raimundo Nonato A. da (Orgs.). *Reflexões sobre história local e produção de material didático*. Natal: EDUFRN, 2017. p. 57-81.

MALTA, Judson Augusto Oliveira. *Dinâmica Fitogeográfica do Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco Capela/SE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

MARTINS, Marcos L. História Regional. In: PINSKY, Carla L. (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 135-152.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *De Hollywood a Aracaju: a Segunda Guerra Mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

MELO, Frederico Pernambucano de. *Apagando Lampião: vida e morte do rei do cangaço*. 1. ed. São Paulo: Global, 2018.

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. As políticas de memória da associação dos ex-combatentes de Sergipe. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.

PONTES, Carlos José de Farias. O uso da história oral no ensino de história: uma experiência no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). In: XIII Encontro Nacional de História Oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade. Porto Alegre. *Anais...* Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Associação Brasileira de História Oral. 2016, p. 1-13.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira*. Volume 1; colônia. Rio de Janeiro: Le Ya, 2016.

RICCI, Cláudia Sapag. Política Curricular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coords.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 89/fev. 90.

SANTOS, Denilsa de Oliveira. *História da Rainha dos Tabuleiros*. Aracaju: J. Andrade, 2011.

_____. *Mulheres capelenses em destaque*. Aracaju: J. Andrade, 2018.

_____; SANTOS, Jizélia Marques. *Festa do Mastro de Capela, uma abordagem histórica e afetiva*. Aracaju: J. Andrade, 2014.

SANTOS, Mário Jorge Silva. *Mata do Junco (Capela-SE): Identidade Territorial e Gestão de Conflitos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Viviane Melo. *Territorialidades em construção no Quilombo Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE*. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. dos S. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação – RHE*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

SEMARH-SERGIPE. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe. *Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*. 2011.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC. *Informes Municipais*. Superintendência de Estudos e Pesquisas – SUPES: Aracaju, 2000.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo de Sergipe: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Aracaju: SEED, 2018.

VIANA, J. I. B. *História Local*. 1. ed. Sobral: INTA, 2016.